



Ainda os dólares falsos: estas são algumas películas de «off-set» apreendidas pela P. J. no Algarve. Estavam prontas a «transportar» às chapas

“DÓLARES ALGARVIOS” eram impressos numa fábrica de peixe

Funcionava num armazém de peixe, em Vila Real de Santo António, a máquina de impressão «off-set» que serviu para a emissão de notas falsas de 100 dólares. Segundo revelou esta manhã a Polícia Judiciária, a quadrilha ultimamente desmantelada — com alguns dos seus mentores em fuga — tinha já montada em Lisboa uma rede de distribuição. A despeito do grupo ter sido destruído não foram recuperados um milhão e quatrocentos mil dólares. Receia-se que esta verba (em notas de cem) esteja já em circulação, em Portugal e no estrangeiro.

De momento, e conforme referimos em edições anteriores, encontram-se presos cinco indivíduos ligados ao fabrico dos «dólares algarvios». Dois detidos em Lisboa e três no Algarve. Dois destes últimos, são os «técnicos», retornados das ex-colónias. Segundo a P. J., um destes «técnicos» é indivíduo muito competente no trabalho de falsário.

Outros elementos confiados pela P. J. fazem supor que a organização do grupo era impecável no seu organograma: mentores, financiadores, técnicos, encarregados da segurança (armados) e passadores. Nos três primeiros sectores, integravam-se 20 elementos, supondo-se que fosse bastante superior o número de passadores que constituía a rede de distribuição com ramificações no estrangeiro.

As oficinas dos falsários funcionaram, inicialmente, a dois quilómetros de Faro (estrada de N. Sr.ª da Saúde). Todavia, o grupo viu-se obrigado a mudar parte da maquinaria para Vila Real de Santo António, quando elementos da Guarda Fiscal suspeitaram que os indivíduos em questão se dedicavam a contrabando. Fácil foi ao grupo provar que não havia contrabando, mas, para evitar novos encontros com a G. F. os responsáveis transferiram para Vila Real a máquina de «off-set». Aqui, o negócio passou a funcionar no armazém de peixe propriedade de João Pacheco, conhecido por «O sr. engenheiro». O facto não levantou suspeitas. Pensava-se que era mais uma máquina para o senhor engenheiro consertar.

No grupo estava ainda metido o Filipe Anastácio, de Castro Marim, dono do camião que serviu de transporte à «off-set». Esta máquina passou aliás a funcionar sobre o camião: uma espécie de fábrica itinerante. O Anastácio (que também financiava o empreendimento) e o Pacheco, encontram-se em fuga.

Quanto às notas, sabe-se que os filamentos não são incorporados mas estampados, pormenor que ajuda a distinguir as falsas das autênticas. Os números das células, foram obtidos a partir de notas de dez dólares, na intenção de se criar uma maior diversidade de números. Os falsários não possuíam numerador.

Por último, interessa referir que a P. J. divulgará amanhã os números das notas não recuperadas. Os números são igualmente fornecidos à Interpol.

Entretanto, há um milhão e quatrocentos mil dólares falsos em circulação. Dólares algarvios, numa rápida operação de retornados.

C.R. DENUNCIA IMPREENSA REACCIONÁRIA

A decisão de «alertar todos os portugueses para as tentativas nítidas de sabotagem da construção de democracia por parte daqueles que, a coberto desta, agem com absoluta impunidade» é a nota saliente do comunicado final da reunião do Conselho da Revolução, que durou até às primeiras horas de hoje.

Prendendo-se com uma longa análise e debate sobre «o panorama da Comunicação Social», o C.R. conclui (no que se intui como ataque directo a jornais e semanários reaccionários ou fascistas) que «têm proliferado nos últimos meses órgãos de Informação escrita que, numa agressiva escalada, têm vindo a pôr em causa não só as liberdades políticas mas a sombra dos quais actuam, como todos os objectivos inscritos no Programa do Movimento

das Forças Armadas, ratificados pelo Povo Português e adquiridos na Lei Fundamental da Nação — a Constituição da República Portuguesa».

Concluindo que os «ataques à Constituição, à democracia e aos objectivos da Revolução de Abril têm-se tornado correntes e sem obter adequada resposta das forças democráticas», o C.R. sublinha que «não abdicará da defesa da Democracia, da liberdade e da dignidade das Forças Armadas».

Relativamente a outros pontos previstos na agenda da reunião, o comunicado não faz qualquer referência à Comissão Constitucional — admite-se que a ausência de Melo Antunes, Eanes e Pinheiro de Azevedo explique tal facto —, enquanto que relativamente ao Relatório do 25 de Novembro o comunicado refere que «fo-

ram apresentados ao C.R. os últimos anexos» e que serão «objecto de apreciação na próxima reunião do C.R.».

Foi debatida também a situação dos militares portugueses detidos em Timor, tendo o C.R. apreciado a «evolução das diligências em curso», e foi ainda ouvida uma exposição sobre a «problemática das ocupações e acções de despejo».

É do seguinte teor o texto do comunicado final:

«O Conselho da Revolução reunido em 14 de Junho de 1976, analisou a situação político-militar e apreciou a evolução das diligências em curso, visando a libertação dos portugueses prisioneiros em Timor. Ouviu uma exposição sobre a problemática das ocupações e acções de despejo, tendo decidido recomendar ao

Governo a maior atenção a este problema.

Foram apresentados ao C.R. os últimos anexos ao relatório do 25 de Novembro, que serão objecto de apreciação na próxima reunião.

O C.R. expressa às famílias das vítimas do acidente com o helicóptero na região do Porto, o seu profundo pesar, tornando esta atitude extensiva ao Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Aos sobreviventes, exprime o C.R. votos de rápida recuperação. Debruçando-se de novo sobre o panorama da Comunicação Social, o C.R. conclui que: utilizando as liberdades alcançadas pelo Povo Português a 25 de Abril de 1974, têm proliferado nos últimos meses órgãos de Informação escrita, que, numa

Continua na pág. 20

IMPREENSA ESTATIZADA EM CONSELHO DE MINISTROS

Embora com ligeiras alterações ao texto original, o Conselho de Ministros, que se encontra reunido desde as 10 horas, em S. Bento, deverá aprovar ainda hoje, segundo afirmou aos jornalistas o dr. Almeida Santos, o diploma sobre a estruturação da Imprensa estatizada.

Outro ponto importante, em debate na reunião, encontra-se relacionado com a greve dos trabalhadores das autarquias locais que, ainda hoje, poderá ter o seu termo se o Conselho se pronunciar favoravelmente sobre a última reivindicação por satisfazer, que consiste na concessão de um subsídio de almoço. O Governo já aceitou, na primeira parte das negociações, a existência legal do sindicato, comprometendo-se a publicar no «Diário da República» os estatutos há muito elaborados. As negociações começaram, ontem à tarde, entre os representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Administração Local (S.T.A.L.) e o secretário de Estado da Administração Pública, dr. Rui Amaral, tendo sido aprovados os pontos relativos à reforma antecipada para os 60 anos, e a con-

Continua na pág. 20



Um momento do ataque às chamas, que ocupou várias corporações de bombeiros

FOGO EM LINDA-A-VELHA

Destruída uma fábrica de estofos

Violento incêndio deflagrou ontem numa fábrica de estofos em Linda-a-Velha. Os prejuízos elevam-se a muitos milhares de contos. Cerca de 85 empregados da «Estofauto» não têm agora tanta esperança no futuro, comprometido pelas chamas que devoraram a existência da fábrica e as paredes do edifício.

O fogo começou cerca das 16.30. O material armazenado,

altamente inflamável, foi rapidamente «comido» pelas labaredas. Dez minutos após a detecção do primeiro foco de incêndio todo o edifício se transformou num brasão.

Por ironia a «Estofauto» acabava de ser reestruturada. Assistira-se a uma reconversão da fábrica, que passou a produzir, além de placas de esponja para assentos de automóveis, estofos para mapas e

sófas.

Uma funcionária da empresa adianta que só em placas de esponja consumidas pelo fogo o prejuízo não deve ser inferior a dez mil contos. A esta verba terá de juntar-se o valor do próprio edifício, praticamente reduzido a cinzas.

No combate ao incêndio participaram várias corporações de bombeiros (Carnaxide, Al-

Continua na pág. 20

Nacional

Política de A a Z

UMA ILUSÃO PERIGOSA

Quando Ramalho Eanes afirma que, nesta nossa terra, não há mais lugar para golpismos, expressa uma opinião, exprime um desejo. Mas, como é evidente, o problema do «golpismo» — edo «contragolpismo» — exige caracterização e mais profunda análise. Que «golpismo»? Há «golpismo» de vários sinais políticos e de objectivo diferente; há — ou poderá ter havido, ou poderá voltar a haver — «golpismos» de níveis diferentes. Há forças políticas «antigolpistas» mas que poderão ser conduzidas, por um «contragolpismo» bem engendrado, a forçar o curso dos acontecimentos. Fala-se de «golpismos» para atingir certas áreas políticas e ideológicas, mas há, também, a perspectiva do «golpismo» das correntes políticas que a essas áreas políticas e ideológicas se opõem. O «25 de Novembro» não liquidou o «golpismo». Porque — ainda que não fossem contestáveis as explicações oficiais e oficiais — teria conservado uma certa capacidade de intriga e de acção o «golpismo de direita».

Não poderá ser refutada a afirmação de que actuam nesta nossa terra, e precisamente para sabotarem uma «ordem democrática», para dificultarem a «institucionalização democrática», para dividirem o «campo democrático», para apoiarem a «manobra envolvente», forças da «direita» que procuram a «desestabilização» não só pela via da agitação social, e até laboral, como pela via do terrorismo. Não considerar essas forças como «golpistas», ignorar que essas actividades se integram num planeado «golpismo» parece-nos uma ingenuidade. Até porque essas forças, e esses homens, não disfarçam os seus reais objectivos, não ocultam que estão empenhados num combate. Dizia, há poucos dias, um homem representativo: «a luta não terminou, bem ao contrário prossegue, porventura mais insidiosa e subtil do que nunca».

Mais insidiosa e subtil — sublinha-se. A indicação deverá ser tida na devida conta. Eles não desistem. Não desarmaram. O «golpismo» existe. É um «golpismo de direita». A nossa democracia está ameaçada. E não se pense que sem a unidade na acção das forças democráticas e antifascistas; e não se pense que sem uma vasta mobilização popular; e não se pense que sem uma profunda educação política das Forças Armadas; e não se pense que sem uma dedicada e atenta vigilância popular; e não se pense que sem uma real clarificação política — seja possível defendê-la.

UM HOMEM FOI MORTO

Estava inocente. Era uma pessoa honesta; era um trabalhador estimado na casa onde estava empregado há longos anos. O proprietário da Casa das Chaves e Portas Onduladas do Largo Martim Moniz, teria dito ao jornalista: «Há mais de trinta anos que trabalhava nesta casa de que era, presente-mente, o encarregado dos serviços. Sempre o considerei pessoa honesta e teve a seu cargo a montagem de sistemas de segurança em ourivesarias». E foi morto. Violentamente agredido até à morte. Chamava-se Artur de Jesus Inocência. Tinha sessenta anos.

Esta violência é o índice de uma sanha irracional, de uma brutalidade animal. Mas é, também, o sinal de uma cólera popular que, se neste caso não tinha justificação e foi o fruto lamentável de uma excitação colectiva, corresponde ao sentimento de largas camadas da população perante os gravíssimos problemas da insegurança e da impunidade. Não queremos diminuir a gravidade do que aconteceu; não queremos de modo algum justificar a violência, a brutalidade; mas queremos situar o acontecimento trágico na vaga de assaltos, roubos, agressões, crimes, e, também, de acções terroristas, contra pessoas e bens, militantes políticos, trabalhadores, velhos indefesos, crianças. E para esta vaga de crime e de violência não se verifica a reacção normal dos responsáveis. A «justiça popular» tem os seus perigos; mas surgiu, tragicamente, como o acto desesperado de uma população que sente a insegurança e que condena a impunidade.

RELATÓRIOS

Nesta questão da publicação de «relatórios» deveria ser respeitada a cronologia. Tratar-se-á, também, de uma violência contra a ordem cronológica dos sucessos e contra a lógica e a marcha das investigações, que um relatório completo sobre o «25 de Novembro» seja publicado, sem que tivesse sido tornado público um completo relatório sobre os acontecimentos do «11 de Março». Não podemos cair no excesso — a que este jornal ironicamente já fez alusão — de defender a ideia peregrina de que no dia 11 de Março de 1975 nada ocorreu nesta praia ocidental da Europa. E se algo ocorreu, mesmo que tenha sido uma invenção, uma mistificação, um logro, há que passar do «preliminar» ao «definitivo» e dar à opinião pública a lição da «inventona» e aos militares nela envolvidos o exemplo da mistificação e do logro. A proceder de outro modo, os responsáveis político-militares, e o próprio Governo — o próximo e que será herdeiro da situação político-militar — criarão um clima de dúvida e de suspeita. Com efeito, não parece admissível que as investigações relativas ao «25 de Novembro» sejam comunicadas na sua forma definitiva, antes de terem adquirido forma definitiva os apuramentos de responsabilidade relativos à trama do «11 de Março», cuja revelação, em matéria de «golpismo» e «contragolpismo» poderá revestir o maior interesse.

Entretanto — e porque de matéria explosiva se trata — aguarda-se o livro do dr. Gomes Mota, um «neo-resistente» estival e imaginativo que não se limitará a desvendar aspectos preliminares de um «contragolpe». Sobre a técnica do «golpismo» e «contragolpismo» é obra quase completa.

PINHEIRO DE AZEVEDO EM S. BENTO

Um dia de campanha "perdido"

Uma reunião do Conselho de Ministros, a que Pinheiro de Azevedo preside retém hoje o candidato à P. R. em Lisboa. Entretanto, foram «francamente boas» as impressões colhidas na visita ao Norte efectuada no passado domingo — disse o próprio almirante, e a Anop regista. «Estou convencido de que foi bastante útil esta minha visita ao Norte, principalmente ao distrito de Braga» — são palavras de Pinheiro de Azevedo — «Se esta amostra tivesse valor científico (que colhi sem preocupação nenhuma de procurar este ou aquele núcleo preferencial), pois eu diria que tenho muito fortes probabilidades de ser o Presidente da República».

Ontem, Pinheiro de Azevedo apareceu na Televisão ocupando com uma alocução os sete minutos e meio que lhe estavam reservados. Falou no tom que lhe é habitual, tendo começado logo por apontar a necessidade de que o P. R. a

elegêr tenha assinalável passado político. O candidato falou dos seus quarenta anos de luta contra o fascismo. Noutro passo diria que, como Primeiro-Ministro, não tem quaisquer responsabilidades em certos factos menos felizes do processo político português dos últimos dois anos, a descolonização e a política externa, por exemplo. Delegou responsabilidades. Em tempo, Azevedo declarou já ter alcançado o primeiro objectivo da sua candidatura: «não permitir que o P. R. fosse previamente eleito».

PROTESTO

Entretanto, foi recebido na Comissão Nacional de Eleições um requerimento enviado pela Comissão de Apoio à candidatura de Pinheiro de Azevedo protestando contra a posição assumida pelo jornal «O Dia» na sua edição de ontem. O matutino em questão, segundo o protesto apresenta-

do — «pretendeu imprimir um tratamento discriminatório à candidatura do almirante Pinheiro de Azevedo».

Num comunicado distribuído pelos órgãos de Informação, o Gabinete de Apoio à candidatura do actual Primeiro-Ministro considera que a atitude do «O Dia» é proibida pelo art.º 54 do Dec. Lei 319-A/76. Pede-se à CNE que faça cumprir a lei para «evitar abusos desta natureza».

CARTAZES

Ao contrário do que informávamos na nossa edição de sábado último, também a candidatura de Pinheiro de Azevedo, à semelhança das demais, foi logo na madrugada em que abriu oficialmente a campanha eleitoral propagandeada em inúmeros cartazes colados nas paredes de Lisboa e praticamente todos os pontos do País. A assinalar que os cartazes propondo o candidato Pinheiro

de Azevedo contém apenas o seu retrato «à civil» e um «slogan» «em branco»: «almirante Pinheiro de Azevedo, candidato à Presidência da República». Alguns destes cartazes foram ocupar espaços pagos da Red, empresa especializada em publicidade de rua.

AMANHÃ

Pinheiro de Azevedo deve visitar amanhã o Centro do País, designadamente as cidades de Coimbra, e Aveiro e suas regiões. Lembra-se que Pinheiro de Azevedo ainda recentemente visitou Aveiro e o seu distrito, dessa feita na qualidade de Primeiro-Ministro.

Mário Soares em Itália com o P.S.I.

O secretário-geral do PS português, Mário Soares, desloca-se esta semana a Itália para colaborar com o PS italiano na fase final da campanha para as eleições gerais que vão realizar-se naquele país a 20 e 21 do corrente. Juntamente com o secretário-geral do PS português, vão colaborar igualmente na campanha do PSI os líderes dos PS's de Espanha e França.

O PSI é o terceiro partido político de Itália e — lembram as agências — pode desempenhar um importante papel como mediano entre o Partido Comunista Italiano e a Democracia Cristã. Na próxima quinta-feira, Mário Soares deve participar com Francesco de Martino (secretário-geral do PSI) num comício em Roma.



OTELO EM SANTARÉM

"Está a preparar-se o regresso ao fascismo"

«Está-se a preparar tudo para o regresso ao fascismo» — disse Otelo ontem em Santarém. Era ao limite da tarde e havia uma concentração inúmera à volta do candidato, ouvindo-o e saudando-o. Antes de Otelo começar a falar, cantou-se em coro «Grândola».

Apontando para que «está-se a preparar o regresso ao fascismo», o candidato lembrou o «25 de Novembro» e o seu significado (uma vitória da burguesia — disse), e a contratação de ex-soldados que estará a fazer-se para com eles formar uma «polícia de choque». Antes, Otelo evocou o 25 de Abril e as datas mais felizes do processo político e social que se seguiu.

Uma referência acentuada ao «11 de Março» e à «vitória do povo» que então se registou. Otelo falou ainda de exploradores e explorados, referindo-se à acção dos partidos da direita designadamente agora em turno dum candidato (alusão a Ramalho Eanes).

Denunciou a dependência político-militar em que Portugal se encontra em relação à Nato, contrapondo com a necessidade de uma política de independência nacional invocando a própria Constituição onde vem consignada a necessidade de que o País trabalhe no sentido de contribuir para a dissolução dos blocos político-militares. Cessara Otelo de falar, cantou-se de novo a histórica canção de José Afonso.

Antes de Santarém, Otelo passara por Benavente, Salvaterra de Magos, Coruche e Mora, onde se deteve para minicomicios. Em Mora, Alto Alentejo, dezena e meia de tractores com respectivos atrelados transportando trabalhadores da região aguardava o candidato a cerca de um quilómetro da povoação. Otelo saiu da viatura em que viajava e entrou em Mora num dos tractores. Nos discursos que fez, todos de improviso, Otelo atribuiu ao capitalismo a responsabilidade pela crise económica em que o País está a

viver.

De Santarém, Otelo partiu para Torres Novas onde tomou parte numa sessão pública depois de jantar.

Pese embora a brevidade da digressão (de fim da tarde ao meio da noite), as populações locais levantaram-se em elevado número para saudar e vitoriar o candidato, tal como acontecera nos dias anteriores e designadamente no domingo, quando Otelo foi de Lisboa a Coimbra passando por, entre outras localidades, Peniche, Gaeiras, Caldas da Rainha, Marinha Grande e Figueira da Foz, onde parou para contactos mais demorados.

OTELO EM TRÁS-OS-MONTES

O major Otelo Saraiva de Carvalho desloca-se hoje a Trás-os-Montes. A primeira paragem deve verificar-se em Chaves onde o candidato deve chegar cerca das 16 horas para participar numa sessão pública. De Chaves, Otelo partirá para Vila Real, passando por Vila Flor e Alfandega da Fé, para curtas paragens. A visita a Trás-os-Montes é muito breve. Provavelmente o candidato não terá oportunidade de deslocar-se a Bragança.

MAIS APOIOS

Entretanto, continuam a chegar à sede da Comissão Nacional numerosas mensagens de apoio e adesão à candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho. Segundo a Comissão: 202 trabalhadores da Carris,

TROCO

Os seus móveis usados por novos, modernos ou de qualquer estilo. Grande variedade em exposição. Fabricação por desenhos. Facilidades de pagamento. «Armazéns Móveis Jorge», Av. Almirante Reis, 35 (aos Anjos) Telef. 83 21 61.

PUB

AVISO AO PÚBLICO

TRÁS-OS-MONTES — filme de António Reis e de Margarida Cordeiro em exibição no Cinema Satélite

Temos a consciência de que Trás-os-Montes é um filme difícil para o espectador — tão difícil afinal como a vida das pessoas e da região que ele próprio descreve. Trás-os-Montes, espera do espectador uma atitude de sensibilidade e empenho, tão exigente como aquela que os autores do filme, ao longo de um trabalho de dois anos, a si próprios se impuseram. Consideramos desde já como um acto de participação verem este filme.

Os estudantes poderão beneficiar de um desconto de 50% sobre o preço dos bilhetes — por iniciativa da Direcção-Geral de Acção Cultural.

post-scriptum

Justiça: Só quando toca aos senhores?

Desde Março último que espero da Câmara Municipal de Cascais solução para um caso que pode trazer graves problemas para a saúde de cinco pessoas.

Tenho a canalização da casa completamente entupida desde Fevereiro, as feses encontram-se estagnadas dentro dos canos, os quais passam pelo quarto onde dorme o meu filho mais velho e vão directamente para a fossa que por sinal nem tem as dimensões que a lei obriga. Tenho também uma filha com apenas 2 meses que já começou a ter sinais de infecções provocadas pelo mau cheiro que paira nesta casa.

A Câmara Municipal de Cascais, que eu considero responsável por quaisquer problemas de saúde que venham a ter os meus filhos, já tem conhecimento deste assunto desde Março, pois desde essa data tem-se desenvolvido nesse organismo um processo. Relato a seguir as voltas que já dei durante estes 4 meses.

— Em Março fui à Câmara relatar o caso;

— A Câmara mandou cá a casa um engenheiro fazer a vistoria;

— Depois do parecer do engenheiro a Câmara enviou um ofício para a Câmara Municipal de Vila de Rei (localidade onde reside a senhoria) para que esta Câmara desse um prazo de 30 dias conforme preceituam os termos legais, para ela fazer obras;

— A senhoria limitou-se a deitar no caixote do lixo a carta da Câmara;

— Escrevi ao subdelegado de Saúde de Cascais contando o caso;

— Já cá veio a casa um senhor da Subdelegação de Saúde;

— Depois disto fui novamente à Câmara para ver se eles faziam as obras e eu pagar-lhes-ia a renda;

— A Câmara disse-me que não tinha dinheiro (5000\$00);

— A Câmara já me mandou para a Polícia Judiciária para ver se a casa tinha sido construída clandestinamente;

— A Polícia Judiciária disse-me que quem trata disso é o Tribunal de Cascais;

— Enfim, já lá vão 4 meses.

Eu ando dum lado para o outro e a saúde dos meus filhos em perigo por causa destas burocracias todas. Já andam cá por casa uns bichos provenientes da fossa e dos canos, o mau cheiro é de tal ordem que sinceramente estou mesmo com vontade de convidar os senhores da Câmara Municipal, a senhoria e todas as pessoas que têm intervindo neste processo para virem fazer uma visita a casa, a fim de verem «in loco» o que se passa.

A Câmara diz que não tem dinheiro. Não acredito que não tenha dentro dos serviços pessoal competente para efectuar as obras.

No fundo lamento profundamente que a Câmara se preze em não «prejudicar uma pobre senhoria», em prejuízo da saúde de cinco pessoas.

A terminar gostaria de ver fazer-se justiça para estes casos, porque se eu não pagasse a renda a Justiça iria a favor da senhoria. Metiam-me na rua. Mas... e agora?

João Manuel Fandango — S. PEDRO DO ESTORIL

Para festas afinal há sempre dinheiro

É de lamentar a atitude das entidades da Câmara Municipal de Lisboa ao fazer a sua doação em uma centena de contos a uma colectividade do bairro de Alfama e desconhecendo outras e até a própria comissão de moradores, para enfeitarem uma parte do bairro de Alfama, mal e por mal, por indivíduos pagos por essa colectividade, que enfim não têm culpa, pois aproveitam o seu desemprego ou o seu tempo disponível.

Se a Câmara tem dito às comissões de moradores de todas as freguesias que não tem dinheiro para benefício da população lisboeta, por que motivo faz despesas para umas festas de Santos Populares, em que a própria população do Bairro que tanto necessita, não é beneficiada?

A comissão de moradores tem feito sacrifícios, na compra de papelada, passagens e muitas das vezes com perdas de dias, a procurar os senhores da Câmara, para se fazer isto ou aquilo e até agora não receberam um centavo. A não ser que eles a partir destes dias arranjam fundos com a venda de autocolantes.

Vão ser bonitas as Festas dos Santos Populares em Alfama! — se vão!... E eu que o diga.

Pois cada dia de festas que passar vai ser um cheirete de tanto lixo para as moscas fazerem o seu arraial de trampa que a Câmara quer.

Se até aqui há falta de água, depois veremos à noite um lindo «abajour» de moscas em torno do arraial exposto.

Senhores camarários, vamos mas é à limpeza e à satisfação das necessidades mais urgentes que depois faremos festas à nossa custa e à nossa vontade, porque assim é que é popular.

Mário Martins Ferreira — LISBOA

Não pode haver democracia sem socialismo

Ao contrário do que ultimamente afirmou alguém com prováveis responsabilidades futuras, não pode haver democracia sem socialismo.

E porquê? Pois se a democracia é o poder do povo, e a esmagadora maioria deste é constituída pelos trabalhadores, cujo inimigo número um é o capitalismo, enquanto este dominar, nunca poderá existir a democracia.

E para se instaurar o socialismo, não devem bastar os meios persuasórios na pluralidade vigente; na verdade, só o processo compulsivo conseguirá vencer o destravado egoísmo da classe ainda imperante.

Álvaro da Silva e Sousa — PORTO

FOLHETIM ARTISTICO

José-Augusto França

VINTE ANOS DE "GRAVURA"

«Gravura», Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses, está comemorando o seu vigésimo aniversário com uma vastíssima exposição nas galerias da Fundação Gulbenkian. Não é aqui lugar de «crítica de arte», mas lugar será, com certeza, de reflectir sobre o significado desta exposição e desta empresa que conseguiu viver já vinte anos (e mais do que outros vinte lhe desejo...) numa terra onde tudo acaba depressa, por falta de densidade (cultural ou outra), que é como quem diz por falta de estruturas — também outras ou culturais. Vinte anos é muito tempo na vida duma Sociedade assim superficial e leviana, logo esquecida dos passados recentes e sem história que lhe valha ou esteja nos seus hábitos mentais. Só isso mereceria reparo positivo e caloroso para a «Gravura» — e para quem a tem feito, desde 1956, de direcção em direcção, talvez com pequenas histórias ou pequenas crises, e com certeza com muitas dificuldades próprias duma sociedade cooperativa (palavra de mau agouro), duma sociedade cultural (designação de mau preságio) e duma sociedade independente (classificação sempre perigosa). Aliás o ser as três coisas em muitos anos de vacas magras e poucos de mercado artificialmente engordado, não deu à «Gravura» grandes possibilidades de desenvolvimento — nem casa, que os poderes públicos de então como os de hoje lhe devem, como mínima contribuição para a sua actividade publicamente e realmente interessante...

«Gravura» nasceu em 1956,

num momento charneira da vida artística portuguesa. Acabara no ano anterior, e já em jeito autocomemorativo e melancólico, a Exposição Geral de Artes Plásticas que durara dez anos, os primeiros de euforia, ou outros de sobrevivência habitual, dois anos atrás fechara a primeira galeria de arte, depois de dois anos e tal de dificuldades económicas que compensaram mal uma acção que sem dúvida foi, então, importante; e o Estado Novo pelo seu SNI procurava recuperar a vida artística do País que lhe fugira ao nível de nova geração o que o levaria a criar, em 1959, um salão dito dos «Novíssimos», feito de remendos mais do que de talentos. Em 1956 ainda nasceu a Fundação Gulbenkian que no ano seguinte inauguraria a sua primeira grande exposição nacional. Mas ainda em 1956 organizou-se o Salão dos Artistas de Hoje, e em 1958 seria a vez da SNBA fazer um esforço de renovação com o seu primeiro salão de Arte Moderna. E, no ano seguinte, fazendo frente à exposição do SNI, foi o Salão dos Independentes, inaugurado no mesmo dia e hora, um propósito polémico e não sem risco político.

Anos bravos que produziram uma boicotagem efectiva às exposições oficiais (que haviam de mudar de nome e de engodo) e que, por outro lado igualmente importante, representavam também uma luta pela liberdade de expressão, pondo em jogo os «abstractos» contra os «figurativos», novo avatar da luta anterior, dos finais dos anos 40, em que a

polarização se definia entre «surrealistas e neo-realistas». Se ambas estas posições se diluíram no tempo (e também na falta de estruturas — vide supra, e em outros lados...), delas partiram novas situações eivadas de princípios ideológicos similares. Era-se então figurativo porque se supunha assim ser «progressista» e era-se abstracto porque se achava que os outros eram conservadores; e vice-versa. A história deu razão a uns, nas estruturas da estética ocidental que pode finalmente ter reflexo marcante em Portugal, após anos de luta e de teima de meia dúzia de sujeitos. Achavam uns que a arte abstracta era «pouco mais que nada» ou mera «arte de escolher gravatas» (cordialmente vejo que mudaram de ideias — mas muitos anos depois...) e achavam outros, ou já não sei (ou sei) que sujeito ministerial, que uma arte assim contra a ordem devia ser impedida de ir lá fora representar o País. Como foi — impedida, quero eu dizer. (Repetiu-se, aliás, a asneira ainda o ano passado, em oposta situação ministerial mas de idêntica mentalidade como se viu).

Nesse meio, a «Gravura» teve a sua palavra a dizer, marcada pelos valores figurativos que convinhavam sinceramente e sem desdouro, aos seus fundadores, vindos todos eles da tradição das Exposições Gerais, que procuravam renovar. Assim se caracterizaram os princípios da cooperativa, com os seus artistas e os seus sócios. Depois, o tempo passou, e a história também, cujos ventos têm a força que se sabe, e a

exposição de cento e vinte artistas que ora se visita (e deve visitar) permite-nos, ano a ano, apreciar tal passagem, que se traduz no desenvolvimento duma vivência estética progressivamente aberta e responsável perante a cultura ocidental. Ao longo do seu discurso editorial, «Gravura» foi variando, metendo nova gente, assumindo novos gostos, e com isso informando e educando os seus sócios, e também os seus próprios autores. A sua produção constitui uma notável informação sobre a evolução da arte portuguesa mais geralmente considerada; uma informação que é verdadeiramente única. Um convívio internacional, feito com gravadores de passagem que na oficina de «Gravura» encontraram bom acolhimento ou que nela deram cursos (como a notável brasileira Isabel Pons), ou definido em envios a colectivas e grandes bienais estrangeiras, onde se conquistaram posições e prémios, prova de que se atingiu uma média de qualidade internacional, com alguns pontos mais baixos, naturalmente, mas também com casos de excelente qualidade. Não vou citar nomes aqui, ou citarei apenas um: o de José Júlio, que em 1959 fez aceitar a primeira gravura abstracta nas edições da sociedade.

Outros nomes ainda, para registar os primeiros, de 1956: Pomar, Resende, Dourado, Pavia, Rogério Ribeiro, José Júlio e Barradas, presente então, como mais tarde, (1963) estaria Almada, e muitas vezes Milly Possoz e Botelho, entre jovens, e cada vez mais jovens camaradas.

"OLÁ, JORNALISTA!"

Pierre Viansson-Ponté

Desde Balzac, Musset e Mallarmé, que não gostavam nada dos jornalistas, muito se tem escrito sobre nós. Aparte três ou quatro manuais universitários e outros tantos estudos da autoria de proprietários de jornais ou de financeiros a quem só a rentabilidade preocupa, todas as obras consagradas à nossa profissão são da autoria de jornalistas. E a maioria desses livros, quer acumulem recordações, quer contem uma experiência, quer tentem expor os mecanismos e as dificuldades da profissão, conheceram a favor do público.

Eis agora que um livrinho em forma de panfleto, rico de suco e de seiva, traz algumas luzes e dá úteis lições: **Salut journaliste!** O seu autor, Jean Dumur, de quarenta e seis anos, é um jornalista suíço que se tornou conhecido na imprensa escrita antes de dirigir os serviços de informação da TV do seu país. **Salut journaliste!**, diz ele aos confrades — e se o público o ouve, paciência — antes de lhes dizer algumas verdades bem duras. Ouçamo-lo.

O que é um jornalista? Não, decerto, essa espécie de aventureiro que passa com a mesma desenvoltura por entre as balas que lhe assobiam aos ouvidos e por entre as belas convidadas de qualquer cocktail, que trata por tu os ministros e conquista todas as mulheres, boémio e alcoólico, homem disposto a tudo e que não presta para nada. Uma tal raça

existiu mas já desapareceu. A realidade é mais modesta e mais laboriosa.

O jornalista é simplesmente um assalariado, um profissional da informação colectiva, o que ao mesmo diz tudo e nada diz. O carácter aberto de uma profissão cuja matéria-prima é a própria vida, o seu recrutamento anárquico, uma tão grande diversidade que ele se torna inapreensível, explicam o vago das ideias, o absurdo das definições. A fronteira está tão mal traçada que o amadorismo existe: é, na verdade, espantoso o tempo disponível de que beneficiam uma grande quantidade de professores, advogados, funcionários; e depois, a sua contribuição é de tal modo mais barata, e tão fraca a organização profissional, que os dirigentes não têm razões para se incomodar com o caso. Situação portanto porosa, cuja fragilidade ainda é aumentada por um mundo de turbulências no qual o jornalista permanentemente vive.

De um lado a sua responsabilidade é impressionante, mesmo que nem sempre seja assumida; do outro, o seu estatuto social, por vezes o da mediocridade. Jean Dumur conta que nunca sentiu tanto essa dicotomia perturbadora como no dia em que, após ter lutado por um aumento de 50 francos (que lhe foram recusados), foi almoçar a casa de um dos homens mais ricos da Terra. No parque faustoso de um palácio, olhando os dois iates que docemente baloiçavam no porto privado, comia o caviar e be-

bia o champagne rosé servido por criados de luvas brancas, e ia pensando em quantos 50 francos teria custado aquela simples refeição.

O jornalista traz consigo um cheiro a enxofre. Porque dispõe de um meio de influência — embora não se lhe possa atribuir poderes formidáveis, que, individualmente, não possui — e toda a forma de poder, real ou suposto, provoca um reflexo de recusa, de receio. Porque o desconhecido nunca é tranquilizador: ora o público não pode reconhecer-se na imagem que lhe é apresentada do mundo a que pertence; neste mundo dos jornalistas, o extraordinário não deixa de vencer, no meio do tumulto dos discursos de chefes de Estado e dos escândalos de toda a espécie de vedetas, por entre os acidentes e as catástrofes. É um mundo de angústia, de desespero, de violência onde tudo é um problema. Como se encontraria nele o homem do dia a dia?

O quadro que o jornalista traça é sempre sombrio. O drama, a agitação dominam-no e são informação, enquanto que a normalidade, a vida cinzenta, quotidiana, não engendram a notícia. Por fim, a missão da Imprensa é perturbar uma ordem falsa, entregue a si própria, é ser um «antipoder».

Segundo Jean Dumur tudo concorre para engendrar, para o jornalista, uma situação de perpétua instabilidade psicológica. Para ele, tudo é cons-

tantemente posto em causa, nada está terminado: vinte, trinta anos depois, é a mesma ideia fixa da folha em branco, o mesmo receio perante o microfone e as cameras e o leitor, o auditor, o telespectador julgá-lo por cada artigo, por cada emissão.

Nas redacções, universo hipersensível, as irritações, as depressões, as reivindicações, as insatisfações sucedem-se. O carácter efémero do produto que por vezes exigiu horas, dias, meses de esforços, ajuda a tensão. Mas é sobre tudo, o investimento pessoal que faz desta profissão, uma profissão diferente das outras. O jornalista envolve-se no seu trabalho e entrega uma parte de si próprio, as suas emoções e as suas convicções, os seus conhecimentos e a sua sensibilidade. Ele é constantemente confrontado com situações agressivas que fazem apelo à necessidade de compreender mas também à capacidade de sentir e de reagir, de resistir. Ele bem sabe que a rádio ou a televisão perfeita, o jornal ideal não existem; que ninguém, e ele menos do que qualquer outro, poderia ausentar-se do seu meio natural e ignorar todo um condicionamento social; que em parte alguma do mundo há uma redacção onde se possa dizer ou escrever tudo o que se quer; que o perigo está menos na falta de talento do que na falta de rigor, menos na docilidade

Continua na pág. 4

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

Milhares de professores concentrados no dia 9 de Junho frente ao MEIC demonstraram inequivocamente, com a força do seu número, a sua determinação em obter a satisfação das suas reivindicações mais prementes.

O MEIC, a todas as reivindicações dos professores comuns com as dos restantes trabalhadores da Função Pública, respondeu que estas ultrapassavam o âmbito da sua competência, «sendo matéria de decisão do Governo em Conselho de Ministros».

Por isso, a direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, informada que se realiza na terça-feira, dia 15 de Junho, às 18 horas, uma CONCENTRAÇÃO frente a S. Bento dos trabalhadores da Função Pública, apela para que todos os professores participem massivamente nessa concentração.

- Pela revogação da legislação especial para a Função Pública — direitos sindicais e laborais iguais para todos os trabalhadores!
- Pela revogação do despacho antigreve de 19 de Março de 1976 — direito à greve, conquista de todos os trabalhadores!
- Pela revogação do Decreto-Lei 294/76 (quadro geral de adidos) — garantia de emprego para todos os trabalhadores da Função Pública!
- Pela actualização das pensões e retroactivos dos colegas aposentados na base salarial dos professores em exercício!
- Pelo direito às fases e diuturnidades — não à opção!
- Contra a reintegração dos fascistas saneados!

Os professores querem que as escolas e o ensino estejam à altura das necessidades dos estudantes e do novo português.

Não é possível garantir a dignificação da Função docente sem que sejam reconhecidos aos professores os seus mais elementares direitos de trabalhadores!

Pelos nossos direitos e reivindicações, na unidade, todos a S. Bento!

A DIRECÇÃO SINDICAL

Geral

"OLÁ, JORNALISTA!"

Continuação da pag. 3

que na despersonalização.

Como é, por exemplo, difícil, distinguir o essencial do acessório! A diminuição de mais de 50 por cento da produção petrolífera da Líbia foi anunciada no próprio dia em que morreu Onassis: é fácil adivinhar qual dessas notícias veio em «primeira página», apesar da primeira ser de importância muito maior. Jean Dumur cita estes títulos do jornal *La Suisse* de 7 de Agosto de 1974: em caracteres grandes «Petit Saconnex, um ciclista ferido»,

e, mais abaixo, em caracteres quase ilegíveis: «Bomba atómica em Hiroshima». A liberdade, a independência da Imprensa, têm sido objecto de bonitos textos. Mas é preciso não esquecer que, num regime capitalista a liberdade de expressão, encontra-se no vazio se não se move num quadro economicamente são e que a qualidade do jornal também depende da sua saúde financeira.

Eis algumas das ideias expostas e desenvolvidas por Jean Dumur com uma multidão de anedotas, e, o que é mais raro, muito bom senso. E propõe às mediações dos confrades três conclusões:

A Imprensa, diz ele, não pode ser ela própria sem com isso desagradar aos poderes, sejam eles quais forem. A liberdade de expressão é como a felicidade: toda a gente é por ela, desde Pinóchet a Brejnev. Ora essa liberdade depende da organização da sociedade. Um regime e um povo têm a Imprensa que merecem.

Segundo ponto: a Imprensa deve pôr-se deliberadamente contra a corrente. Deve ser essa a sua regra de vida e de actividade. Um governo que no século XX não informa, é tão criminoso como aquele que, no passado deixava morrer de fome uma população inteira. Ao jornalista compete arrancar a informação àqueles que a de-

têm, a fim de revitalizar o debate público.

Por fim, é estúpido pretender que o homem de hoje está saturado de informação. Se ele está saturado de alguma coisa, é de insignificância. Ele não ignora nada do acessório. Mas não sabe tudo, e, principalmente, o importante.

Le Monde

PARA O SEU LAR

QUADROS A ÓLEO

LINDAS PAISAGENS
FRUTAS E FLORES
BONS PREÇOS

A VENCEDORA

Rua de S. Lázaro, 127-A

COFRE DE PREVIDÊNCIA DO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

AVISO AOS SÓCIOS

Foram publicados os novos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei N.º 465/76 de 11/6/76. Porque aquele diploma contém alterações de fundo, chama-se a atenção dos associados para a sua consulta.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos

CASO LILLY

FARMOQUÍMICA INDIANA, LDA.

COMUNICADO

1. A recuperação capitalista tem assumido as mais diversas formas. As multinacionais que estiveram na vanguarda da sabotagem da economia nacional ocupam agora o primeiro lugar na provocação da instabilidade político-económica por forma a pressionar as entidades governamentais e criando condições para melhor realizarem a recuperação capitalista.
2. Ao abrigo de legislação contrária aos interesses dos trabalhadores, a Farmoquímica Indiana, Lda. (multinacional ELI LILLY de origem americana) tenta despedir 15 dos seus 48 trabalhadores. A argumentação patronal teve, em devido tempo, resposta por parte da Comissão Sindical, que refutou as «alegações» contidas no relatório enviado pela entidade patronal ao Ministério do Trabalho onde, neste momento, aguarda parecer.
3. A chantagem conduzida pela administração ameaçando encerrar a empresa com fundamento de que a sua actividade não é possível em Portugal sem o desrespeito daqueles trabalhadores é, por si só, significativa, porém o importante é o despedimento dos trabalhadores mais activos, donde sobressaem 4 delegados sindicais (3 em actividade), duas grávidas, duas menores e duas doentes com baixa dos Serviços Médico-Sociais.
4. Bem enquadrada na óptica empresarial capitalista onde o lucro é a única regra, a Farmoquímica Indiana não tem abastecido o mercado português de forma conveniente, não sendo raro verificar a falta dos seus produtos alguns dos quais sem similares no mercado português. O desrespeito pelos trabalhadores e pela saúde dos portugueses são, como se vê, regra de conduta desta multinacional. De resto todas as deliberações desta empresa são tomadas em Espanha dentro do mais nuro estilo de colonialismo económico que tão bem caracteriza a actividade das multinacionais.
5. As razões dos trabalhadores estão bem esclarecidas no relatório circunstanciado já apresentado às entidades oficiais, em entrevistas que se realizarão brevemente com entidades governamentais, serão reforçadas e esclarecidas todas as posições dos trabalhadores por forma a que resulte inequívoca a posição a tomar pelas entidades oficiais. De resto a opção, no fundamental, é bem fácil: CAPITAL ou TRABALHO.

NÃO AOS DESPEDIMENTOS COLECTIVOS

NÃO AO DESEMPREGO

Pe'la COMISSÃO SINDICAL
(Assin. ilegível)

Pe'la DIRECÇÃO
(Assin. ilegível)

PUB.

HABILITAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que no dia vinte e um de Maio de mil novecentos e setenta e seis, de folhas treze a folhas treze verso do livro de notas para escrituras diversas n.º D-vinte e um do Segundo Cartório desta Secretaria a cargo do notário Lic. Amélia Josefina de Queiroz Lopes, se encontra exarada uma escritura de habilitação notarial por óbito de VENCESLAU DOS SANTOS cujo óbito ocorreu no dia vinte e um de Janeiro de mil novecentos e setenta e seis na freguesia de São José, da cidade de Lisboa, natural da freguesia da Malveira, concelho de Mafra, residente que foi na Rua Florenço José Canas da dita freguesia e concelho, no estado de casado em primeiras núpcias de ambos e sob o regime da comunhão geral com Beatriz das Dores Ribeiro dos Santos ou só Beatriz das Dores Ribeiro, actualmente sua viúva, natural da freguesia de São Tiago, concelho de Belmonte, residente na vila e dita freguesia da Malveira.

O falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade.

Que como herdeiro sucedeu-lhe seu único filho legítimo VITOR MANUEL RIBEIRO DOS SANTOS, casado com Maria do Carmo Simões Claro dos Santos sob o regime da comunhão geral, nascido e residente na referida vila e freguesia da Malveira.

Na parte omitida desta escritura nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

É certidão de narrativa que fiz extrair e vai conforme ao original.

Secretaria Notarial de Sintra, quatro de Junho de mil novecentos e setenta e seis.

O Ajudante
LUCÍLIA DIAS GOMES

ARTIGO 1.º

A associação denomina-se União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), tem a sua sede, provisória, na Rua de Alexandre Braga, 6, 1.º, esquerdo, em Lisboa, e dura por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

A associação tem como objectivo:

- a) Defender e consolidar as liberdades democráticas e a vigilância popular, dentro de um espírito amplamente unitário, combatendo o fascismo em todas as suas manifestações;
- b) Pugnar pelo reconhecimento público dos direitos e da autoridade moral dos combatentes de resistência antifascista;
- c) Divulgar todas as violências do regime fascista e pugnar pela responsabilização dos seus autores;
- d) Contribuir activamente para a defesa dos princípios democráticos da paz e de cooperação entre todos os povos do Mundo;
- e) Apoiar, por todas as formas ao seu alcance, as vítimas do fascismo em Portugal, bem como as vítimas do fascismo internacional, designadamente os refugiados políticos;
- f) Divulgar, nacional e internacionalmente, todas as formas de resistência antifascista em Portugal;
- g) Divulgar, a nível nacional, todas as formas de resistência antifascistas no mundo;
- h) Promover a solidariedade com os movimentos de resistência antifascista noutros países.

ARTIGO 3.º

A associação exerce a sua actividade independentemente de qualquer opção ideológica, partidária ou religiosa.

ARTIGO 4.º

1 — A associação poderá, por deliberação da assembleia geral, filiar-se em organismos internacionais que prossigam objectivos idênticos.

2 — Poderão ser criadas delegações em qualquer ponto do território nacional.

ARTIGO 5.º

1 — Podem ser membros da associação os cidadãos portugueses participantes de forma activa e consequente na luta antifascista.

2 — São membros de direito todos aqueles que participaram na luta contra o regime fascista.

ARTIGO 6.º

O modo de inscrição e de exclusão, os deveres e os direitos dos membros da associação serão estabelecidos por regulamento a aprovar em assembleia geral.

ARTIGO 7.º

São órgãos da associação a assembleia geral, o conselho directivo e o conselho fiscal, cuja composição, competência e modo de funcionamento serão os constantes do regulamento.

ARTIGO 8.º

A associação é representada pelo conselho directivo, ao qual compete dirigir e coordenar todas as suas actividades.

ARTIGO 9.º

Internamente, a assembleia geral é soberana e perante ela responde o conselho directivo, cuja actividade está sujeita à fiscalização do conselho fiscal.

ARTIGO 10.º

Constituem património da associação a receita das quotas, subsídios de quaisquer entidades oficiais ou particulares, bens adquiridos por doação, deixa testamentária ou a título oneroso, bem como o produto líquido de espectáculos, publicações ou outras actividades desenvolvidas pela associação.

ARTIGO 11.º

A associação dissolve-se pelos motivos constantes da lei, nas condições prescritas no regulamento, revertendo o seu património para o determinado pela assembleia geral.

Está de conformidade com o original, e na parte omitida nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

4.º Cartório Notarial de Lisboa, 6 de Maio de 1976. — O Terceiro-Ajudante, *Cremilde do Patrocínio Anacleto*.

1-0-5206

Nacional

OCTÁVIO PATO EM GRÂNDOLA

Contra a divisão dos trabalhadores

Prosseguindo a sua campanha eleitoral o candidato comunista à Presidência da República, Octávio Pato, deslocou-se ontem a Alvalade-Sado, Sines, Grândola e Alcácer do Sal, onde participou em diversos comícios e foi saudado por grandes concentrações de trabalhadores.

A doze dias da data da ida às urnas, o prosseguimento da campanha de Octávio Pato vem demonstrando uma crescente adesão popular que se expressa em numerosas moções de apoio, cartas e telegramas ao C.C. do P.C.P. e na presença de largas massas trabalhadoras em todos os actos em que participa o candidato comunista.

Ontem, em Grândola, onde o Partido Comunista obteve 51 por cento dos votos nas últimas eleições legislativas, Oc-

távio Pato, perante uma grande multidão formada pela população da vila e por muitos trabalhadores de herdades dos arredores, referiu o significado da candidatura comunista realçando que «nas eleições presidenciais votar certo e útil significa não correr atrás de ilusões que alguns semeiam para iludir os trabalhadores, afirmando, contra todas as evidências e realidades, que certo candidato é o único que pode fazer frente às candidaturas que são também apoiadas por partidos da direita». E acrescentou: «Votar certo e útil quer dizer também, camaradas e amigos, não votar em homens que dizem mal dos partidos talvez por que desejem ser eles sozinhos a decidir e a interpretar a vontade do povo, o que lhes permitiria escapar melhor à prestação de contas dos seus

actos».

REFORMA AGRÁRIA

«Sendo uma vitória dos trabalhadores, a Reforma Agrária é também uma vitória do Partido Comunista Português», frisou Octávio Pato ao referir que «os campos do Alentejo são hoje a maior prova da capacidade realizadora dos trabalhadores e do seu papel insubstituível na transformação revolucionária da nossa sociedade».

«Nas terras que os latifundiários deixavam incultas, onde apenas semeavam o desemprego e a fome, verificam-se agora as maiores sementeiras de sempre. Pela primeira vez, em muitos anos, Portugal não precisa de importar trigo para fazer pão», disse sublinhando no entanto que «hoje que os sucessos da Reforma Agrária são visíveis, há quem procure reivindicar para si a glória desta grande realização», esquecendo que a Reforma Agrária é, «acima de tudo, uma grande vitória dos trabalhadores».

DESORIENTAR OS TRABALHADORES

«A direita e a reacção desejam que os trabalhadores se desorientem com estas

eleições presidenciais, dividindo os seus votos. A direita e a reacção sonham com resultados eleitorais que dêem uma imagem de enfraquecimento e confusão nas fileiras do movimento operário e popular», avisou o candidato do P.C.P. opondo como única alternativa um «voto certo e útil» que desfaga tentativas divisionistas e aniquile as esperanças da reacção e dos seus aliados.

«A nossa candidatura tem raízes nas lutas dos trabalhadores rurais, da classe operária, está profundamente ligada à heróica resistência ao fascismo e a todos os grandes passos em frente dados depois do 25 de Abril», disse Octávio Pato, rematando: «São estas razões, camaradas e amigos, que fazem com que a nossa candidatura seja o lugar certo para a acção e o voto de todos os democratas e antifascistas que não querem misturar os seus votos com os do P.P.D. e C.D.S., da C.A.P., C.I.P., M.R.P.P. e companhia, que querem a unidade da esquerda, que sabem que essa unidade não se faz sem o P.C.P. e muito menos contra o P.C.P., que querem garantir que a Revolução portuguesa caminhe na paz e no progresso, para o socialismo».

Maria Lamas apoia Octávio Pato

«Os intelectuais comunistas saúdam na candidatura de Octávio Pato, o lutador antifascista, o militante revolucionário o dirigente operário e comunista; saúdam nela a vontade, a possibilidade real da unificação das forças da democracia, da independência nacional e do socialismo», afirma nos numa proclamação de várias dezenas de intelectuais comunistas, da Organização Regional de Lisboa de Apoio a Octávio Pato.

Assinada, entre outros, por Maria Lamas, Maria Velho da Costa, Vasco Magalhães-Vilhena, Joaquim Barradas de Carvalho, Borges Coelho, Baptista Bastos, Virgílio Martinho, Manuel Ferreira, Faure da Rosa, Manuel da Fonseca, Urbano Tavares Rodrigues, Belson de Matos, Eduardo Geada, Manuel Machado da Luz, Manuel da Costa e Silva, Ermelinda Duarte, José Barata Moura, António Domingues, Cipriano Dourado, Hilário Teixeira Lopes, Areosa Feio e Gaspar Teixeira, a proclamação salienta o combate que «todo o intelectual progressista é chamado a travar contra sociedade velha, corrupta e opressiva», e sublinha que «o Partido Comunista Português, vanguarda organizada e revolucionária, vanguar-

da histórica da classe operária e dos trabalhadores portugueses tem sido um factor activo e determinante no processo de transformação da sociedade portuguesa».

Depois de referir a luta comum de socialistas e comunistas por uma Constituição democrática e progressista, a proclamação considera ser «cada vez mais claro hoje que a Constituição para ser defendida e aplicada necessita da unificação e desenvolvimento dessas forças a nível do movimento popular de massas, a nível da Assembleia da República, a nível do Governo. A luta por essa unidade e pelo seu conteúdo, o de uma política ao serviço dos trabalhadores, tem no P. C. P. a força mais empenhada».

Mais adiante, e sobre a candidatura comunista, considera-se que ela «representa a voz e a acção autónomas e independentes da classe operária, em luta pela aliança de todos aqueles que, no combate comum, encontrarão o modo de barrar o caminho à reacção capitalista ao regresso do obscurantismo e do fascismo; o modo de criar as condições para o desenvolvimento do processo democrático e revolucionário».

Acordo cultural

Portugal-Cecoslováquia

A cumular a visita de Vladimír Berger, vice-ministro checo dos Negócios Estrangeiros a Portugal, foi assinado no sábado último no Ministério dos Negócios Estrangeiros um acordo de cooperação no domínio da cultura entre Portugal e a Checoslováquia. Assinaram o representante do Governo de Praga e o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira.

No final do acto, o representante português manifestou a esperança de que o acordo assinado sirva para «um conheci-

mento mútuo profundo do povo de Portugal e da Checoslováquia», lembrando que o conhecimento que os dois povos até agora têm tido um do outro é um conhecimento «mitigado». Falando, Berger disse que o acordo firmado «corresponde ao interesse do meu povo em desenvolver as relações entre os nossos países e de a conhecer melhor a riqueza da cultura e dos génios do Povo português».

Desconhecem-se os termos pontuais em que o acordo vai ser concretizado.

para que o seu sorriso
seja sempre assim...



...você precisa
de binaca superfresca

Binaca superfresca é o único dentífrico que, protegendo a saúde dos seus dentes, lhes dá, por isso, ao limpá-los, uma brancura inalterável, duradoura — brancura saudável!

De facto, a principal razão da brancura dos seus dentes está na saúde que a Binaca superfresca lhes conserva.

Sorria, pois, abertamente... hoje... amanhã... sempre.

Use Binaca superfresca para que... o seu sorriso seja sempre assim.



Binaca
dentes saudavelmente brancos

CÂNTICO
FINAL

MANUEL GUIMARÃES



o último filme
de MANUEL
GUIMARÃES

Segundo o romance de
VERGÍLIO FERREIRA

com

RUI DE CARVALHO · MANUELA CARDO
VARELA SILVA · SIMONE DE OLIVEIRA
FERNANDO CURADO RIBEIRO
ANA ZANATTI · MARIA OLGUIO
Participação especial de João Maria Tudella

ESTREIA AMANHÃ

21.30

Não ac. a men. 18 anos

SÃO LUIZ

No final da sessão haverá colóquio

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS COMUNICADO

GREVE NO ENSINO DE CONDUÇÃO AUTOMÓVEL

Esgotadas outras formas de luta, os profissionais do ensino de condução automóvel vêem-se obrigados a paralisar para conseguirem os aumentos salariais, que lhes foram negados à mesa das negociações.

A partir de amanhã, (quarta-feira), todo o sector estará em greve, protestando contra a actuação dos industriais do ensino, que fizeram gorar as negociações atirando com o problema para o Ministério do Trabalho, onde os patrões, hoje em dia, encontram toda a espécie de apoios.

Os trabalhadores do ensino de condução automóvel, em luta por melhores salários, denunciam também a forte oposição que meia dúzia de industriais do sector têm oferecido aos esforços desenvolvidos pelos trabalhadores e Sindicatos no sentido de melhorar as estruturas do ensino de condução em Portugal, com os prejuízos que daí advêm para os automobilistas em geral.

Não faltam no sector ameaças de despedimentos, tentativas de descapitalização das firmas, deficiências de escrituração, instalações, apetrechamento, etc., e forte exploração no que diz respeito aos preços praticados com a documentação.

Lembramos a todos em especial aos candidatos do ensino de condução automóvel que as escolas conseguiram ainda há pouco tempo um aumento de 40 por cento nas tarifas de lições de condução, código, mecânica e aluguer de carros para exame.

Tudo isto foi perpetrado e levado a cabo nas costas dos trabalhadores que não puderam travar um aumento de tarifas que é francamente exagerado.

Vai já para dois meses que a maioria das escolas estão a facturar segundo as novas tabelas e, no entanto, os patrões não quiseram de livre vontade actualizar os ordenados dos que realmente produzem dentro das escolas de condução.

Chegou a hora de avançar. Os trabalhadores estão conscientes de que o C.C.T. vertical ainda não foi denunciado e que não podem esperar por novo Contrato, pois as entidades patronais são hábeis em adiar e boicotar as negociações.

Os trabalhadores em luta esperam dos instrutores a melhor compreensão, dado que outra forma de luta não é possível neste momento.

EM FRENTE POR UM BOM ENSINO DE CONDUÇÃO AUTOMÓVEL.
NÃO À EXPLORAÇÃO DO ENSINO DE CONDUÇÃO EM PREJUÍZO DESTES.
EM FRENTE POR SALÁRIOS MAIS JUSTOS, COM QUE OS TRABALHADORES POSSAM ENFRENTAR O CONSTANTE AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!

Nacional

SALGADO ZENHA OPTIMISTA

Actividade económica em reanimação

As nossas actividades industriais exportadoras começaram a reanimar-se, e tem-se desenhado uma certa tendência para a normalização, segundo afirmou ontem à noite, numa comunicação ao País através da RTP e da RDP, o ministro das Finanças, dr. Salgado Zenha, que sublinhou no entanto que 43 por cento das empresas não utilizam inteiramente a sua capacidade produtiva.

Zenha referiu-se longamente às dificuldades económicas, provocadas nomeadamente pela sensível subida desde 1973, do preço do petróleo, e à consequente necessidade em que nos encontramos de desencadarmos «uma estratégia» ofensiva para as superar. Entretanto, serão indispensáveis algumas «medidas defensivas temporárias», acrescentou Zenha, sem contudo precisar quais poderiam ser essas medidas.

Um dos assuntos mais longamente abordados por Zenha foi o empréstimo público lançado há dias pelo VI Governo Provisório, e que nas primeiras quatro semanas após o seu lançamento já teria sido subscrito em cerca de três milhões de contos. Falando em termos propagandísticos desta iniciativa, o ministro das Finanças afirmou que este empréstimo «apresenta características excepcionalmente atractivas. Trata-se de obrigações do valor de um conto cada, que o Esta-

do se compromete a resgatar no prazo máximo de sete anos, através de sorteios sucessivos. Entretanto, será pago um juro que irá crescendo progressivamente, de 10 até 15 por cento. Por cada cinco obrigações destas, será facultada

ainda a aquisição de um título de 500 escudos, representativo do valor de cerca de 4 gramas de ouro, ao juro de 6 por cento ao ano. Quando se verificar o resgate, o Estado pagará o que então valer essa quantidade de ouro ao preço do mercado in-

ternacional. Se, porventura, o ouro descer, o subscritor receberá sempre os 500 escudos. Se o ouro subir, receberá mais. E tudo isto sem quaisquer impostos, incluindo o complementar e o sucessório, o que é uma vantagem apreciável.»

HOJE!...



SUPERMERCADOS

euroriental

AV. DO BRASIL, 145-A • LISBOA-5

ACIMA DO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL

abre **terça feira**
15 Junho

SENSACIONAIS PROMOÇÕES DE ABERTURA E OFERTAS ÀS CRIANÇAS

repleto — SUPERMERCADO
moderno — SNACK-BAR
deliciosa — DOÇARIA E PASTELARIA
belíssima — PERFUMARIA

ESTE ESTABELECIMENTO FOI PRÓJECTADO E EQUIPADO PELA UTILMÓVEL

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA

CCT VERTICAL DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECAÂNICA REVISÃO DA PORTARIA

Camaradas :

As negociações do Contrato Colectivo estão quase concluídas, mas cláusulas importantes como: Tabelas Salariais, Horário de Trabalho, Férias, etc., encontram-se incluídas na Portaria, publicada em 8.9.1975, cuja revisão é necessário fazer.

Para analisares e discutires o Anteprojecto de revisão da Portaria e para seres informado sobre o andamento das negociações do nosso Contrato Colectivo, a Direcção promove uma série de Plenários, em todo o Distrito, e uma Assembleia Geral Extraordinária, conforme calendário a seguir indicado:

PLENÁRIOS DE DELEGADOS SINDICAIS

ZONA	DIA	MORADA	HORA
MAFRA	11	Delegação do Sindicato dos Metalúrgicos R. Frei Estêvão de Jesus Maria, 4, r/c, esq.	16.00
LISBOA	14	Cooperativa Caixa Económica Operária Rua Voz do Operário, n.º 64-3.º	20.30
TORRES VEDRAS	15	União Sindical de Torres Vedras Rua Guilherme Gomes Fernandes	18.30
AMADORA	15	Delegação do Sindicato dos Químicos Rua Diogo Bernardes, n.º 4-B	21.00
VILA FRANCA DE XIRA	16	Delegação do Sindicato dos Metalúrgicos Rua Serpa Pinto, n.º 136-2.º	21.00
SACAVÉM	16	Delegação do Sindicato dos Metalúrgicos Praça da República, n.º 66-A	16.00

A Ordem de Trabalhos destes Plenários é a seguinte:

1. Análise e discussão do Anteprojecto de revisão da Portaria de Regulamentação de Trabalho para a Indústria Metalúrgica e Metalomecânica.
2. Informações.

Lisboa, 7 de Junho de 1976

A DIRECÇÃO

Nacional

Cartaz eleitoral

RAMALHO EANES

Partida da Horta, às 10 horas por avião; chegada a Terceira, 10 e 40; Angra do Heroísmo, 11 e 20; com comício às 15 horas; chegada a Terceira às 17 e 40; com partida às 18 horas por avião; chegada a Ponta Delgada às 19 horas; comício às 21 horas em Ponta Delgada.

OTELO

Partida para Chaves, onde haverá um comício à tarde; segue para Bragança, comício ao fim da tarde; à noite comício em Vila Real.

OCTÁVIO PATO

Partida para o Funchal, às 8 e 45, com chegada prevista para as 9 e 15; conferência de Imprensa, às 16 horas; encontro com delegações de empresas, às 17 horas; comício no Teatro Municipal, às 21 horas.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DO P.C.P.

Distrito de Coimbra: Coimbra, Olivais, com Álvaro Cunhal, às 21 e 30. **Lisboa:** Sacavém, na Trefilaria; São João da Talha (Loures) na Robialac; na empresa ICOSAL; Oeiras, na Fábrica das Ceras; na empresa OLAIO; Oeiras, na Valentim de Carvalho; Prior Velho, no Girassol; todas às 18 horas; Cascais, na SIPE; Lisboa, na Cargis — S. Amaro (mini-comício), ambas às 18 e 30; Bairro das Furnas (mini-comício), às 19 e 30; Olival de Basto (Loures); Oeiras, no Liceu N. da Amadora, ambas às 21 e 30. **Setúbal:** Pontes (Setúbal), às 21 horas; Santana (Sesimbra), na Sociedade Santanense; Almada, no Grupo Desportivo Estrela das Torcas; Charneca, em Vale Figueira; Carvalhal (Grândola), todas às 21 e 30. **Leiria:** Porto de Mós, no cinema; Gaeiras (Óbi-

dos), na Sociedade Recreativa Gaeirense; Monte Redondo (Leiria), na Casa do Povo; Couto (Caldas da Rainha), na escola primária; Valado de Frades (Nazaré), no Clube Recreativo Valadense, todas às 21 e 30. **Évora:** Ilhas (Arraiolos), às 21 horas; Rosário (Alandroal); Azambuja (Évora); Ameira (Portel), todas às 21 e 30. **Porto:** Matosinhos, na empresa Eurofer, às 18 horas; Pavilhão da Aníbal Cunha (C.T. do P.C.P.); cantina da empresa Valentim; ambas às 18 e 30; Valbom (Gondomar), na Escola Primária da Junta, às 21 horas; Paranhos, no Bairro do Ameal nas escolas n.ºs 41 e 42; nos Modestos; Campanhã, no Grupo Dramático Monte Aventino; Vila do Conde, no cinema Neiva; Rio Tinto (Gondomar), na Escola Baguim; Mafamude (Gaia), no cinetateatro; Serredo (Gaia); Vilar do Paraíso (Gaia); St.ª Marinha (Gaia), na Tuna de St.ª Marinha; Paredes (Paredes); todas às 21 e 30. **Santarém:** Pombalinho (Santarém), na Casa do Povo; Ulme (Chamusca), na sociedade; Pontével (Cartaxo), na Casa do Povo; Pinheiro Grande (Chamusca), na sociedade; Alcanhões, na A. P. A.; Mação, na C. A. T.; Fazendas de Almeirim; Charneca da Penalva (Tomar); Constância, no cinema; Louriceira (Alcanena), na escola primária, todas às 21 e 30.

NA TV

Ramalho Eanes: 21 — 21 e 7; Octávio Pato: 21 e 7 — 21 e 15; Pinheiro de Azevedo: 21 e 15 — 21 e 22; Otelto: 21 e 22 — 21 e 30.

NA RÁDIO

Rádiodifusão Portuguesa — Octávio Pato, 13 e 30; Pinheiro de Azevedo, 13 e 40; Otelto, 13 e 50; Octávio Pato, 18 e 45; Pinheiro de Azevedo, 18 e 55; Otelto, 19 e 05; Ramalho Eanes, 19 e 15; Octávio Pato,

19 e 25; Pinheiro de Azevedo, 19 e 35.

Emissor Regional do Norte — Pinheiro de Azevedo, 21 e 20; Ramalho Eanes, 21 e 27; Octávio Pato, 21 e 35; Otelto, 21 e 42.

Emissor Regional do Centro — Pinheiro de Azevedo, 21 e 20; Ramalho Eanes, 21 e 27; Otelto, 21 e 35; Octávio Pato, 21 e 42.

Emissor Regional do Sul — Otelto, 21 e 20; Pinheiro de Azevedo, 21 e 27; Octávio Pato, 21 e 35; Ramalho Eanes, 21 e 42.

Rádio Alitude — Otelto, 16 e 30; Pinheiro de Azevedo, 16 e 37; Octávio Pato, 16 e 45; Ramalho Eanes, 16 e 52; Otelto, 21 e 30; Pinheiro de Azevedo, 21 e 45; Octávio Pato, 22; Ramalho Eanes, 22 e 15.

Emissora das Beiras — Octávio Pato, 16 e 30; Pinheiro de Azevedo, 16 e 37; Ramalho Eanes, 16 e 45; Otelto, 16 e 52.

Eanes à revista "Veja"

O exame do que deve ser a política externa portuguesa foi o tema principal de uma entrevista que o candidato Ramalho Eanes deu à revista brasileira "Veja".

Depois de considerar que foi a situação política portuguesa que tornou a sua candidatura um «imperativo», Eanes defendeu que a situação de crise em que se vive devido à perda das colónias, obriga Portugal a pensar de outra forma — em termos de pequeno País. Em relação à N. A. T. O., o C. E. M. E. afirmou que «a nossa posição é clara e não será modificada: continuaremos membros efectivos da Aliança Atlântica. No que respeita à Europa, onde já estamos integrados, pretendemos reforçar os nossos laços a todos os níveis. Por todas as razões, geográficas, económicas e estratégicas, Portugal é um País europeu».

Referindo-se ao actual estado de relações entre Portugal e o Brasil, que sem dúvida atravessa, desde o 25 de Abril de 1974, uma fase de acentuado esfriamento, o general Rama-

lho Eanes afirmou que o Governo Português tem interesse em intensificar estas relações para se sair do «palatonismo verbal que agora existe».

Quanto à política a seguir com os novos países de língua portuguesa, afirmou que esperava estabilizar as relações com esses países embora existam à partida algumas dificuldades.

Noutro ponto da entrevista, Eanes referiu a participação dos trabalhadores na vida nacional, considerando que ela deve ser «coerente ajustada e evolutiva», através do que designou por «democracia económica», que se deve procurar na consciência dos trabalhadores e dos empresários e na subordinação de ambos aos interesses nacionais, que não especificou quais eram.

A propósito do P. C. P. Eanes afirmou ao semanário brasileiro que «não lhe inspira confiança».

Na segunda etapa da sua campanha eleitoral, António Ramalho Eanes chegou ontem

ao princípio da tarde a Ponta Delgada, deslocando-se depois a Horta e a Angra do Heroísmo.

Ontem à noite o general Eanes presidiu a um comício na cidade de Ponta Delgada, estando ainda previsto a realização de um outro comício, a realizar na cidade de Angra.

Na conferência de Imprensa realizada em 8/6/76, e segundo relato do «Diário de Notícias» de 9/6/76, o general Ramalho Eanes afirmou, a propósito dos atentados e clima de violência que assolam o País, haver imperativamente que lhe pôr termo, mas que isso passa pela reorganização de alguns serviços, nomeadamente da Polícia Judiciária.

A este propósito informa o Ministério da Justiça que os estudos, necessariamente complexos e morosos, da reorganização da Polícia Judiciária se iniciaram quando era ministro da Justiça o dr. Salgado Zenha, e têm continuado com todo o apoio do actual ministro da Justiça.

O PAÍS QUER

aumentar a capacidade de produção

O País sabe que é absolutamente indispensável produzir mais. Sabe, também, que para isso é preciso investir mais. Em máquinas. Em equipamento. Em instalações. E que é urgente aumentar o número de postos de trabalho. No sector público e no sector privado. Existem projectos. E há razões para acreditar que a actividade industrial terá cada vez maior importância na economia portuguesa. É preciso, no entanto, ampliar, construir e modernizar as instalações e o equipamento.



Para isso precisa-se de crédito. De dinheiro. Consulte-nos. Faça-nos a sua proposta. Forneça-nos também dados sobre a situação económica e financeira da empresa. Podemos ajudá-lo. O Crédito Industrial, da Caixa Geral de Depósitos não se criou para outra coisa. É sua missão dar apoio a todas as iniciativas que contribuam para o desenvolvimento económico do País.

o Crédito Industrial

ajuda



CAIXA GERAL
DE DEPÓSITOS



PUB

MULHERES TRABALHADORAS

NO SECTOR DA HOTELARIA - TURISMO RESTAURANTES E SIMILARES

Reunião no dia 18 de Junho pelas 15.30 horas
na Sede do Sindicato
(Pátio do Salema, n.º 4 — Lisboa)

Camaradas:

É muito importante a comparência de todos nesta reunião onde iremos discutir as formas de participação no:

ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS

a realizar no dia 24 de Julho de 1976.

Este encontro será certamente um ponto de partida para tomada de posição conjunta das mulheres trabalhadoras portuguesas sobre todos os assuntos que mais as afligem.

- A resolução dos problemas do nosso País passa necessariamente pela presença activa da mulher.
- Na construção da Democracia e do Socialismo a participação da mulher é indispensável.

TODAS À REUNIÃO DO DIA 18 DE JUNHO
PELAS 15.30. HORAS

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo,
Restaurantes e Similares

Pel'A DIRECÇÃO
Matilde de Jesus Graça

Nacional



Cruzeiro a Troia

Dia 17 de Junho

Uma iniciativa do GITUS
levada a efeito
numa das modernas embarcações
dos Caminhos de Ferro Portugueses

Preços adultos 150\$00
crianças 70\$00
Suplemento para almoço 50\$00

Horário estação do Terreiro do Paço
embarque 08.00 horas
desembarque 20.30 horas

bilhetes à venda
nas estações de Lisboa
no GITUS e no teu Sindicato

 Caminhos de Ferro
Portugueses

ECONOMIA

OS NÚMEROS E OS FACTOS

OS CRITÉRIOS PARA AS INDEMNIZAÇÕES POR FORÇA DAS NACIONALIZAÇÕES

Uma oportuna inconfidência permitiu a um quotidiano da manhã dar a público um documento elaborado por um grupo de trabalho que, na Secretaria de Estado do Tesouro, se viu obrigado a estudar os problemas cuja dilucidação se lhe afigura «necessária ou conveniente para a definição de uma política concreta de indemnizações» por força das nacionalizações de empresas, decididas após o 11 de Março.

Este documento reveste-se de um grande interesse público, e por isso deveria ser discutido publicamente. De facto, se os diplomas pelos quais se procedeu à nacionalização de alguns dos sectores fundamentais da economia portuguesa prevêem as indemnizações, não precisam no entanto os seus critérios. E na definição e aplicação destes, o espírito que presidiu às nacionalizações pode ser desnaturado — em prejuízo das empresas públicas e do interesse dos trabalhadores.

O grupo de trabalho parece nortear-se por considerações essencialmente de carácter técnico. Mas neste domínio muito particularmente, trata-se de um método perigoso. Porque um critério sobretudo técnico pode esconder uma opção política. Ora porque as nacionalizações foram decisões, não só, mas sobretudo políticas, no contexto em que o foram as alternativas possíveis para efeitos de opção por quem terá a responsabilidade para o fazer, deverão ser equacionadas também politicamente. E sem ambiguidades.

O CARÁCTER ANTIMONOPOLISTA

As opções que forem tomadas neste domínio podem reforçar, ou não, as forças capitalistas que, quer pelas posições que ainda detêm em Portugal, quer pelas suas ligações com o capital internacional, procuram recuperar as posições, e não só económicas, que perderam no nosso País nestes últimos meses.

Adoptar um critério que favoreça essas forças seria, além do mais, castrar as próprias nacionalizações do seu carácter eminentemente antimonopolista.

Uma das formas de o reafirmar é assegurar a distinção de tratamento entre a qualidade de pequeno, médio ou grande accionista ou quotista das sociedades nacionalizadas. O grupo de trabalho não parece apontar positivamente para esta opção. Antes «propende a admitir que a introdução de critérios de distinção entre pequeno, médio e grande investidor em participações sociais de empresas nacionalizadas, para efeito de tratamento diferenciado na indemnização, poderá levar a indesejáveis situações de injustiça social».

Estariamos perante uma indesejável situação, altamente lesiva dos interesses populares, se um grande accionista ou quotista das sociedades nacionalizadas, se um qualquer Chamaplimaud, Espírito Santo ou Quina, viesse a ser «indemnizado» por força das nacionalizações das empresas que, em geral constituíram recorrendo largamente aos dinheiros públicos, que então dis-

punham quase que como entendiam — e na base dos quais fizeram grandes fortunas, sem que até hoje devido inquérito lhes fosse feito.

Se as opções neste domínio passassem ainda pela identificação dos accionistas de primeira emissão para os indemnizar melhor do que ao vulgar accionista, estaríamos, ainda aqui, a privilegiar em regra geral os senhores do capital financeiro.

A luta que se vai travar, que se está já a travar, à volta das indemnizações por força das nacionalizações, pode efectivamente permitir que os senhores do capital financeiro recuperem posições muito importantes. Eles sabem-no, e encontram-se já empenhados nessa batalha. Nós não podemos esquecê-lo. E há que lhes fazer frente.

Nas opções fundamentais a apresentar ao Conselho da Revolução, haveria que sublinhar com força que se para pagamento das indemnizações se encarar a restituição ao sector privado de acções, quotas, ou partes de capital de sociedades não nacionalizadas que se encontram na carteira de títulos ou em participações financeiras das empresas nacionalizadas, isso pode conduzir, em muitos casos, a fazer entrar pela porta quem foi obrigado a sair pela janela — os homens do grande capital.

A FLORESTA DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

Em virtude das nacionalizações o Estado viu aumentar enormemente as suas participações em empresas dos sectores mais diversos, o que naturalmente trouxe problemas de gestão. Necessidade houve de criar o Instituto das Participações do Estado, que deve gerir os interesses públicos em mais de mil empresas.

A complexidade desta tarefa não pode ser minimizada. Mas as suas dificuldades não justificam só por si a sua «entrega» ao sector privado.

Existem casos em que essa participação é extremamente pequena? Trata-se de empresas de reduzidíssimo valor económico? E possível que haja casos deste tipo, e que relativamente a elas haja mesmo interesse em acabar com essas participações.

Mas o critério de «se desfazer» dessas participações unicamente ou sobretudo porque nessas empresas «não há problemas de gestão» ou os problemas financeiros são inexistentes, afigura-se-nos inaceitável na perspectiva político-económica que presidiu às nacionalizações, e que continua a ser fundamentalmente, a apontada na Constituição. O que, logicamente, o I.P.E. deve ter em consideração.

Para além da tarefa de organização a gestão dessas participações, o que importa é determinar em que sectores importantes e importantes empresas tem o Estado participações, a fim de que, pelo menos, a sua gestão tenha em conta a política económica e os objectivos a curto e médio prazo do sector nacionalizado correspondente.

J. Cândido de Azevedo

Distribuição exclusiva de PUBLICAÇÕES EUROPA-AMERICA

HISTÓRIA DE UM ATENTADO

por EMÍDIO SANTANA

A VERDADEIRA HISTÓRIA DO ATENTADO A SALAZAR

Um segredo finalmente revelado
Um livro emocionante
A história de uma época

A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS
uma edição de

FORUM

ESTA **NOITE,** NÓS LHE OFERECEMOS UM CAFÉ
ATÉ AS 23 HORAS

NA EXPOSIÇÃO DA **FEIRA DO MÓVEL**

Av. Padre Cruz — Lumiar (VIA RÁPIDA P/Loures)

ONDE PODERÁ APRECIAR E COMPRAR
MOBILIÁRIO DE VÁRIAS PROCEDÊNCIAS E ESTÍLOS

APOIO DAS FIRMAS:

MÓVEIS I. T. M.
MOVILAR PORTUGUESA
Z. MARKS

EXPOSIÇÃO FIM DA
NOCTURNA
30/JUNHO

Trabalho

TRANSPORTES DO PORTO

O público protesta
mas a greve continua

«Embora conscientes de que a greve afecta o público, estamos firmes e decididos a continuá-la. Não temos outra forma de luta, mas estamos prontos a sair para a rua logo que o Governo aceitar as nossas reivindicações» — disse-nos, esta manhã, um dirigente sindical dos motoristas do S. T. C. P. que se encontram em greve desde domingo em luta por um aumento do subsídio de alimentação.

Um membro do Governo deslocou-se esta tarde ao Porto pa-

ra conferenciar com os trabalhadores, numa tentativa de resolução do conflito.

Entretanto, avolumam-se os protestos dos utentes daquele importante serviço de transportes (troleis e autocarros). Segundo os motoristas — 800 em greve — é o Governo que ao adiar a solução «vira o público contra nós».

A maioria do público está de facto contra esta greve. E por quê?

Se já sem greve, as classes trabalhadoras — as mais afec-

tadas — padeciam com a má circulação, com os atrasos, com as longas bichas de espera, com a superlotação dos veículos nas horas de ponta, que dizer agora?

Longas caminhadas a pé tem sido a solução para muita gente. Os eléctricos andam «à cunha», mas não chegam a todo o lado. E os táxis que aparecem e logo desaparecem não chegam a todas as bolsas. A situação é aflitiva.

Para quem vive nos arrabaldes da cidade as camionetas de carreira e os comboios, (com os costumados atrasos) não chegaram a suprir a deficiência, ainda que tivessem resolvido muitos problemas. Circulam superlotados. Para esclarecer as razões da greve, a comissão de luta dá esta noite uma conferência de Imprensa.

A decisão de continuar esta greve foi tomada, ontem, pelos motoristas dos S. T. C. P., que simultaneamente realizaram a partir das sete horas, plenários nas estações da Areosa e da Carcereira.

Os motoristas dos autocarros e dos troleis do Porto encontram-se em luta pelo cumprimento integral do Acordo Clectivo de Trabalho, em particular da cláusula 34, que obriga a entidade patronal a conceder um subsídio de refeição aos trabalhadores que não tenham uma hora de intervalo para refeição, entre as 11 e as 4 horas.

Nesta ordem de ideias, o objectivo dos trabalhadores, de acordo com declarações de um delegado sindical, visa não tanto a concessão de um subsídio de almoço, mas que o Conselho de Gerência de Serviços de Transportes Colectivos do Porto organizem uma escala de serviço que preveja um intervalo para refeição dentro daquele período.

FUNÇÃO
PÚBLICAConcentração
em S. Bento

Os trabalhadores da função pública concentram-se esta tarde em São Bento, a partir das 18 horas, para exigir a revogação do diploma que institucionalizou o quadro de adidos, considerado factor de insegurança no trabalho.

A convocatória é subscrita pelos três sindicatos da função pública (Norte, centro e Sul) e pelas organizações sindicais dos Agentes Técnicos Agrícolas dos Engenheiros Técnicos Agrários, Engenheiros da Região Sul, Engenheiros Técnicos do Sul, Trabalhadores sociais, Enfermeiros da Zona Sul, e Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa (Sector da Previdência).

A concentração visa pressionar as entidades governamentais a examinar com rapidez um conjunto de legislação em que se considera atentatória dos direitos dos trabalhadores da função pública. Estes exigem, há já algum tempo, a revogação do «despacho antigreve» de 17 de Março, do Art.º 50.º da Lei Sindical (que exclui a função pública da regulamentação existente da liberdade de associação sindical), do estatuto da função pública e, ainda, do recente Decreto-Lei n.º 294/76, que cria o quadro de adidos. Neste caso, no entanto, apenas se pede a revogação parcial, já que se consideram vantajosas as disposições respeitantes aos funcionários regressados das ex-colónias.

SICASAL

Cinco
trabalhadores
à procura
da justiça

A Sicasal, Ld.ª, é uma empresa de Vila Franca do Rosário, concelho de Mafra. Ai, em 20 de Outubro do ano passado, cinco trabalhadores foram impedidos, arbitrariamente, pelo patrão, de entrarem no local de trabalho, sem qualquer justificação ou quesito legal.

O objectivo do patrão parece ter sido afastar quem pudesse lutar contra as irregularidades que são cometidas na empresa, segundo se afirma num comunicado distribuído pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa.

Diligências junto do Ministério do Trabalho resultaram, entre outras coisas, na agressão a um representante daquele departamento governamental e a três sindicalistas que foram aquela empresa para solucionar o litígio existente.

Os sindicatos signatários deste comunicado exigem agora: que a P. J. averigue os acontecimentos relacionados com a agressão que seja aberto um inquérito ao despedimento dos trabalhadores; que seja, de imediato, iniciada uma sindicância à empresa a fim de apurar eventuais irregularidades que, enquanto decorrerem os processos relativos a este caso sejam pagos, aos trabalhadores afastados, os salários em atraso.

na forja

ELECTRICISTAS CONCEDEM PRAZO

Os trabalhadores electricistas do Sul, afectos ao sector da construção, decidiram ontem, num plenário realizado no Coliseu dos Recreios em Lisboa, dar um prazo até amanhã às associações patronais para reiniciarem as negociações no Ministério do Trabalho. Caso isso não aconteça, conforme a decisão tomada, os electricistas iniciarão no mesmo dia uma greve de braços caídos. Participaram no plenário, aproximadamente dois mil trabalhadores.

O C. T. T. dos trabalhadores electricistas começou a ser discutido há aproximadamente um mês, mas, segundo um elemento do sindicato, «estamos na estaca zero». O mesmo elemento disse ainda que os trabalhadores lutam por um contrato regional enquanto que as associações desejam um contrato a nível nacional.

EX-MILITARES DESEMPREGADOS
REÚNEM EM PLENÁRIO

Amanhã, pelas 15 horas, efectua-se no Porto um plenário de ex-militares desempregados para discussão da atitude a tomar pela respectiva associação quanto ao caderno reivindicativo apresentado pela coordenadora nacional a diversas entidades e departamentos governamentais. O plenário tem lugar na antiga Escola Académica, à Rua do Pinheiro.

PESSOAL DOS SERVIÇOS
MUNICIPALIZADOS
CONSTITUI SINDICATO

Num plenário realizado no Palácio de Cristal, trabalhadores dos Serviços Municipalizados da Zona Norte e do Distrito de Aveiro decidiram constituir um sindicato que abranje todos aqueles distritos, mas que futuramente será alargado a outras zonas do País.

Depois de eleita a mesa, foram apresentados dois anteprojectos de estatutos. Um deles foi rejeitado enquanto o outro, depois de aprovado na generalidade, passou a ser discutido na especialidade.

O próximo passo será a legalização do sindicato.

CORONADO: PRISÕES À VISTA?

Dirigentes da União dos Sindicatos do Porto e do Sindicato do Vestuário estiveram ontem reunidos com o delegado do Ministério do Trabalho, naquela cidade, para exigir o cumprimento da decisão ministerial de reintegração das trabalhadoras afastadas da Coronado. Um «telex» recebido do Ministério comunicou que tanto o ministro como o secretário de Estado empenham a sua honra no cumprimento do despacho que ordena a reintegração, e revelou que, entre hoje e amanhã, o caso estaria resolvido.

Entretanto, o patrão da Coronado foi convocado para se apresentar hoje na delegação do M. T. Caso se mantenha intransigente, estão previstas diversas sanções, que podem levar à selagem da fábrica, ou, mesmo, à prisão do patrão e de alguns elementos a ele afectos, que têm impedido o regresso das 36 trabalhadoras afastadas.

INDÚSTRIA DO PAPEL
— INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVA

O Ministério do Trabalho vai intervir administrativamente nas relações colectivas de trabalho no sector da indústria do papel, devido ao ACT em vigor só obrigar as empresas que o subscreveram e os trabalhadores ao seu serviço, «criando desigualdades entre empresas e trabalhadores do mesmo sector e até dos mesmos grupos a que urge pôr termo».

Assim, vai ser emitida uma portaria de extensão para o clausulado do ACT celebrado em 1 de Março, tornando-o aplicável a todas as empresas do sector, incluindo as tabelas salariais para os grupos 1, 1-A e 2. Está em preparação, também, uma portaria de regulamentação do trabalho para tabelas salariais dos grupos 3 e 4 — «já que se trata de empresas economicamente mais débeis e que sempre têm tido tabelas salariais mais favoráveis» —, e horário de trabalho para as empresas que utilizam exclusivamente o sistema de secagem ao ar.

PUB

HABILITAÇÃO NOTARIAL

OLIMPOS — OFICINA
METALÚRGICA, LIMITADA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 21 de Fevereiro corrente, lavrada de fls. 57v.º a 59 do livro de notas para escrituras diversas n.º A-404, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da Notária Lic. LIDIA RODRIGUES MAIA DE VESA, foi entre MARIA TERESA NUNES NOGUEIRA e CARLOS ALBERTO ALMEIDA CONSTANTINO, constituída uma sociedade comercial por quotas, de responsabilidade limitada, com a denominação em epigrafe, com sede na freguesia de Frielas, concelho de Loures, a qual reger-se-á pelo pacto social constante da fotocópia anexa que, com esta se compõe de QUATRO folhas e vai conforme original.

Lisboa, vinte e sete de Fevereiro de mil novecentos e setenta e seis.

O 3.º AJUDANTE,
(Ezequiel Gonçalves dos Santos)

PRIMEIRO: — A sociedade adopta a denominação «OLIMPOS — OFICINA METALÚRGICA, LIMITADA», tem a

sua sede na Rua Nossa Senhora da Nazaré, lote trinta, cave direita, na Flamenga, freguesia de Frielas, concelho de Loures, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

SEGUNDO: — O objecto social é o fabrico e comercialização de candeeiros, abat-jours e objectos decorativos, podendo a sociedade exercer qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja legal.

TERCEIRO: — O capital social é de TREZENTOS CONTOS, está integralmente realizado, em dinheiro, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são iguais, de cento e cinquenta contos cada uma.

QUARTO: — A cessão de quotas a estranhos fica condicionada a prévia e expressa autorização da sociedade.

QUINTO: — A gerência e administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo de ambos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura de qualquer um dos gerentes,

para obrigar validamente a sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — Qualquer dos gerentes poderá delegar em que entender, no todo ou em parte, os poderes de gerência, mediante a outorga do respectivo mandato, não podendo a sociedade, em caso algum, ser obrigada em actos estranhos ao respectivo objecto social.

PARÁGRAFO SEGUNDO: — A sociedade poderá constituir mandatários, nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial.

SEXTO: — Quando a Lei não exija outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, expedidas, pelo menos, com quinze dias de antecedência.

SÉTIMO: — A sociedade não se dissolve por morte ou interdição dos sócios, continuando os respectivos herdeiros e ou representante do ou dos interditos, devendo aqueles nomear d'entre si um só que a todos represente, enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

Em plena tranquilidade, a direita terrorista desfaz, em cada bomba que coloca em S. Martinho do Campo, no Funchal ou no M.E.I.C., as ilusões de quem, porventura ingenuamente, crê que a direita terrorista se desmobilizou mercê da evolução da situação política.

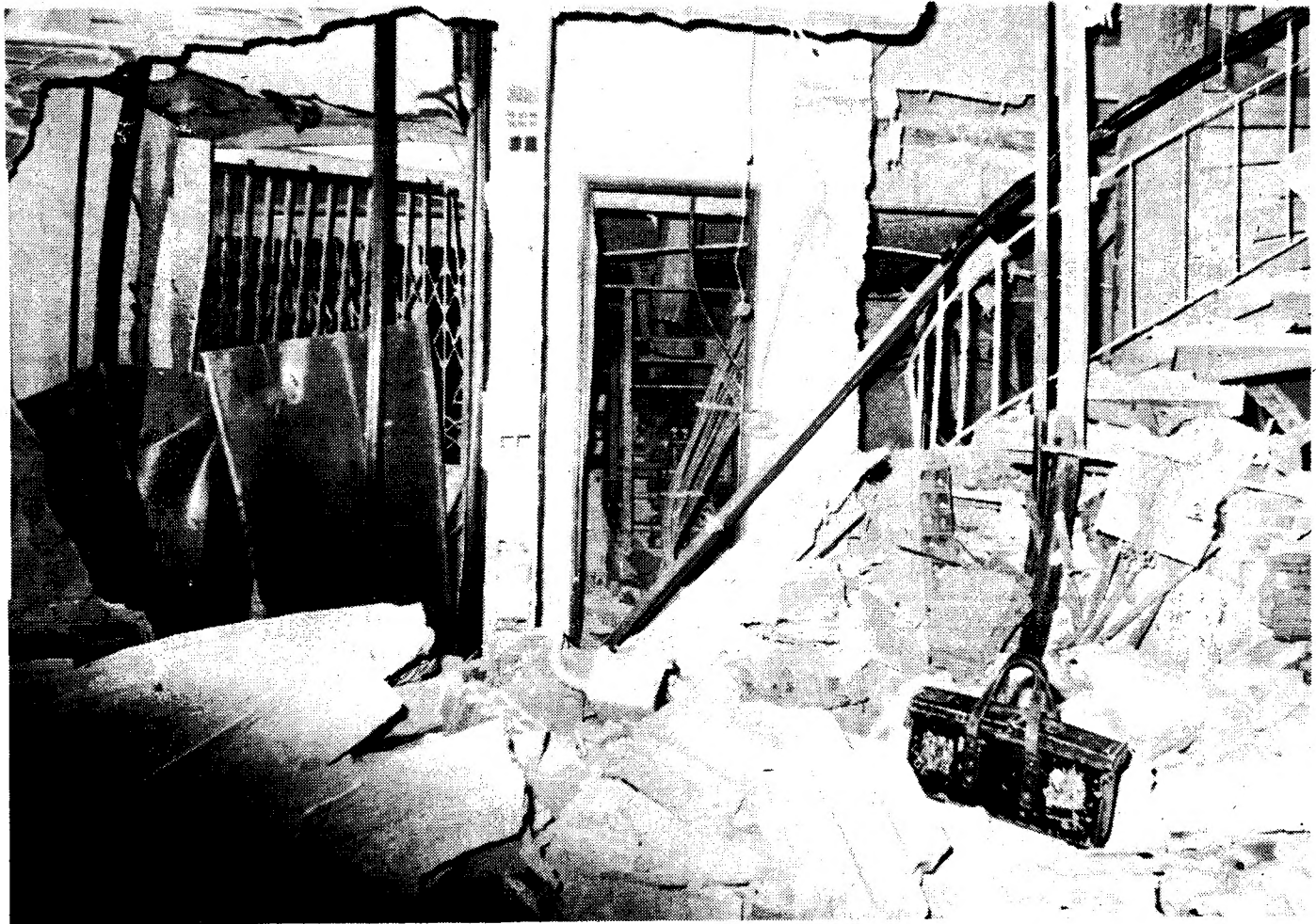
Do princípio do ano em curso a esta data, o balanço da acção terrorista em liberdade salda-se em mais de noventa atentados à bomba ou à metralhada, que provocaram mais de quarenta vítimas, das quais oito perderam a vida, além de destruições materiais no valor de muitos milhares de contos.

O inventário a que procedemos de todos os actos terroristas de que tivemos notícia permite-nos também verificar que esta acção terrorista é bem da responsabilidade de uma só «área ideológica». Com efeito, a quase totalidade dos atentados à bomba foram praticados contra sindicatos, livrarias ou cooperativas culturais, sedes e militantes de partidos de esquerda, ou simplesmente contra homens progressistas deste país não filiados em qualquer partido.

Do cômputo que fizemos excluimos expressamente quatro ou cinco petardos, incluindo a carga que rebentou na redacção de «O Diabo» de Vera Lagoa e a bomba que explodiu há dias atrás no «Comércio do Porto», colocados ou junto à sede de um CDS no Porto, ou à porta de um qualquer militante fascista, por haver razões, além da experiência histórica, para crer que estamos em presença de simples e bem conhecidas manobras de diversão.

DEMOCRACIA
AMEAÇADA
PELO TERRORISMO
1

Surto terrorista fez este ano oito mortos e 35 feridos



A torre de radar do Aeroporto de Lisboa também foi atingida pelos terroristas: uma bomba, colocada no rés-do-chão, causou estes estragos no dia 14 de Maio

— 7 de Janeiro: Uma bomba de enorme potência destruiu, pouco depois das cinco horas da madrugada, a sede da Cooperativa de Actividades Artísticas «Anvora», no Porto.

— 8 de Janeiro: A fachada da residência do vice-presidente da Câmara Municipal de Amarante, foi destruída parcialmente por uma bomba, que causou ainda estragos em prédios vizinhos. O visado é afecto ao MDP/CDE.

— 8 de Janeiro: É noticiado que foi detectado em Bragança mais um atentado bombista: três cartuchos de dinamite, que não chegaram a explodir, foram colocados no automóvel do advogado Manuel Teixeira, em tempos membro da comissão central do MDP/CDE.

— 13 de Janeiro: Rebentou uma bomba na residência do dr. Alberto Teixeira de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Gondomar e militante do PCP.

— 13 de Janeiro: Explodiu um petardo no estabelecimento de novidades «Colunata», no Porto, pertencente à sr.^a Helena Araújo Castro, casada com o dr. Raul Castro, membro do PCP.

— 13 de Janeiro: A livraria «Estudo», no Porto, pertencente a um grupo de sócios tidos como pessoas progressistas, foi vítima de um atentado terrorista, que danificou também o prédio onde está instalada.

— 13 de Janeiro: Explodiu uma bomba numa furgoneta da firma Rocha Brito, Ld.^a, que estava entregue, para serviço, a Jorge Borges Rodrigues, militante do PCP.

— 14 de Janeiro: Uma bom-

ba de grande potência explodiu no prédio n.º 902 da Rua Júlio Dinis, numa tabacaria propriedade de Inácio Pinto Carvalheira.

— 14 de Janeiro: A Confeitaria Cunha, na Rua Sá da Bandeira, 662, foi vítima de um atentado bombista.

— 14 de Janeiro: Ficaram completamente destruídas as instalações do Serviço de Apoio Ambulatório Local (S.A.A.L.), no Porto.

— 14 de Janeiro: A viatura do padre dr. João da Cruz Nunes, do Funchal, ficou inutilizável depois do rebentamento de uma bomba colocada sob o carro. Trata-se de um sacerdote progressista.

— 14 de Janeiro: Por volta das 5,30 horas da madrugada foi metralhada com rajadas de pistola-metralhadora ou de G3 o café «Guarda-Sol», na Póvoa de Varzim. O café é pertença da firma Joaquim Gomes Moreira, Herdeiros, de que é sócio-gerente José Francisco Miranda, constando que naquele café se reúnem elementos afectos ao MDP/CDE.

— 15 de Janeiro: O Café Nacional, situado à entrada da Rua 25 de Abril, em Vila do Conde, e propriedade de Joaquim da Silva Ventura, militante do MDP/CDE, foi objecto de um atentado bombista.

— 16 de Janeiro: Foram lançados esta madrugada vários petardos da ponte móvel de Leixões contra o navio de carga russo «Nade Ribakonait», que carregou ontem cerca de 200 toneladas de cortiça vendidas à URSS. Um dos petardos caiu à água e o outro explodiu mas não atingiu o ob-

jectivo.

— 16 de Janeiro: Ao princípio da madrugada foi disparada uma rajada de metralhadora sobre a casa de Fernando Meireles, taxista da praça de Fafe e militante do PCP, residente na freguesia de Revelhe.

— 16 de Janeiro: Foram ontem descobertos dois engenhos explosivos colocados durante a noite na sede do Partido Socialista, em Évora, e na porta do Centro de Trabalho do PCP em Montemor-o-Novo.

As autoridades puderam despoletar os engenhos antes que estes explodissem.

— 18 de Janeiro: Um engenho de grande potência explodiu em Viana do Castelo, junto do Centro de Trabalho do PCP, na Rua Manuel Espregueira.

Todos os prédios situados nesta rua sofreram prejuízos provocados pela explosão da bomba.

— 18 de Janeiro: Explodiu um petardo debaixo de um automóvel, em Viseu, pertencente ao dr. Fernando Paulo Batista, militante do MDP/CDE.

— 18 de Janeiro: Deflagrou uma bomba debaixo do automóvel do dr. António Pereira Campos Dias, em Viseu, militante do PCP.

— 18 de Janeiro: Foram descobertos dois petardos, que não chegaram a explodir, em frente da Sapataria Lucas, em Viseu, e no puxador da porta de um militante da FSP.

— 18 de Janeiro: Um engenho de média potência rebentou no Bairro da Estação de Bragança, junto à residência do Amândio Teté Pereira.

— 20 de Janeiro: Deflagrou,

pelas 4,20 horas da madrugada, um engenho explosivo na sede do MES em Faro.

— 20 de Janeiro: Foi incendiado no decorrer da noite de ontem o Centro de Trabalho do PCP de Olhalvo, Alenquer. O assalto começou à luz do dia de antontem. Um tal Luís da Velha, conhecido homem «de negócios» e ligado, segundo se diz entre a população, ao CDS, dirigiu o assalto àquele Centro de Trabalho.

— 21 de Janeiro: Foi lançada, do interior de um carro, uma bomba sobre o Centro de Trabalho do PCP de Mértola, que ficou parcialmente destruído.

— 3 de Fevereiro: Deficiências técnicas no rastilho de uma carga explosiva frustraram o atentado bombista de que ia ser alvo o automóvel de um médico progressista do Hospital de S. Marcos, em Braga.

— 3 de Fevereiro: O Centro de Trabalho do PCP em Mirandela, e uma empresa tipográfica em autogestão estiveram na iminência de ser totalmente destruídos por um incêndio. Vários indícios mostram tratar-se de mais uma «proeza» dos caciques locais às ordens dos terroristas spinolistas.

— 7 de Fevereiro: O táxi de Fernando Lopes da Silva Aires, militante do Partido Socialista, em Penalva do Castelo, Viseu, foi completamente destruído pela explosão de uma bomba. Os estilhaços danificaram ainda a casa deste militante do PS.

— 11 de Fevereiro: Esta madrugada rebentaram petardos em dois automóveis no Porto, pertencentes respectivamente a Maria José Arnaldo da Silva Couto e a Alfredo Augusto Magalhães dos Santos.

— 11 de Fevereiro: Na noite de ontem houve um atentado contra o edifício da Câmara Municipal de Vila Real, que causou grandes danos materiais às obras de arte ali expostas à Associação Portugal-URSS.

— 13 de Fevereiro: Explodiram duas bombas junto de um automóvel estacionado na Praça de Velazquez, no Porto. O carro pertencia a José Firmo de Almeida.

— 13 de Fevereiro: Um novo e violento incêndio, com várias explosões de permeal, destruiu em Mirandela o edifício onde estava instalada a tipografia «Além Douro», em autogestão. No mesmo edifício funcionava também o Centro de Trabalho do PCP de Mirandela. Há a registar dois mortos e três feridos.

— 14 de Fevereiro: Eleva-se a cerca de dois mil contos o montante dos prejuízos causados pelo incêndio que destruiu esta madrugada a fábrica de tecidos Sousabreu, em Guimarães, que se encontrava em autogestão há precisamente 17 meses. A lamentar ainda a mor-

vam instaladas as sedes de quatro organizações políticas de esquerda (MES, UDP, FSP e FEC-ML) foram consumidos pelas chamas, ateadas, tudo leva a crer, pelas mãos dos terroristas spinolistas do ELP-MDLP.

— 30 de Janeiro: Pela segunda vez em pouco mais de dois meses, a residência do dr. José Rodrigues Braga, na freguesia de Santa Cristina do Couto, Santo Tirso, foi alvo de um atentado.

— 3 de Fevereiro: Deficiências técnicas no rastilho de uma carga explosiva frustraram o atentado bombista de que ia ser alvo o automóvel de um médico progressista do Hospital de S. Marcos, em Braga.

— 3 de Fevereiro: O Centro de Trabalho do PCP em Mirandela, e uma empresa tipográfica em autogestão estiveram na iminência de ser totalmente destruídos por um incêndio. Vários indícios mostram tratar-se de mais uma «proeza» dos caciques locais às ordens dos terroristas spinolistas.

— 7 de Fevereiro: O táxi de Fernando Lopes da Silva Aires, militante do Partido Socialista, em Penalva do Castelo, Viseu, foi completamente destruído pela explosão de uma bomba. Os estilhaços danificaram ainda a casa deste militante do PS.

— 11 de Fevereiro: Esta madrugada rebentaram petardos em dois automóveis no Porto, pertencentes respectivamente a Maria José Arnaldo da Silva Couto e a Alfredo Augusto Magalhães dos Santos.

— 11 de Fevereiro: Na noite de ontem houve um atentado contra o edifício da Câmara Municipal de Vila Real, que causou grandes danos materiais às obras de arte ali expostas à Associação Portugal-URSS.

— 13 de Fevereiro: Explodiram duas bombas junto de um automóvel estacionado na Praça de Velazquez, no Porto. O carro pertencia a José Firmo de Almeida.

— 13 de Fevereiro: Um novo e violento incêndio, com várias explosões de permeal, destruiu em Mirandela o edifício onde estava instalada a tipografia «Além Douro», em autogestão. No mesmo edifício funcionava também o Centro de Trabalho do PCP de Mirandela. Há a registar dois mortos e três feridos.

— 14 de Fevereiro: Eleva-se a cerca de dois mil contos o montante dos prejuízos causados pelo incêndio que destruiu esta madrugada a fábrica de tecidos Sousabreu, em Guimarães, que se encontrava em autogestão há precisamente 17 meses. A lamentar ainda a mor-



No 1.º de Maio, a festa dos trabalhadores foi enlutada, à partida, com uma fortíssima bomba diante de um centro de trabalho do PCP na Av. da Liberdade: um morto e grandes danos materiais

te de um trabalhador, Joaquim da Silva Fernandes, atropelado por uma viatura dos bombeiros de Vizela. Trata-se de um sinistro considerado criminoso, atribuído à direita terrorista.

— 20 de Fevereiro: Rebentou um petardo no Funchal, no caminho que devia percorrer o Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo, então de visita àquela cidade. Foram igualmente feitas imensas inscrições no asfalto pelo movimento terrorista Flama.

— 23 de Fevereiro: Um automóvel pertencente ao deputado do Partido Socialista, Monteiro de Aguiar, do Funchal, foi objecto de um atentado bombista.

— 15 de Março: O Centro de Trabalho do PCP em Espinho foi vítima de um atentado bombista, que provocou grandes estragos. Dias antes, uma sessão de esclarecimento do PCP nesta cidade fora boicotada por vários indivíduos que rasgaram os cartazes e provocaram os intervenientes.

— 20 de Março: As instalações do Núcleo da UDP de Paranhos, no Porto, foram objecto de um segundo atentado, que desta vez alcançou o seu objectivo, destruindo-as.

— 22 de Março: Uma bomba destruiu parcialmente, no Funchal, o automóvel de José Luís Gonçalves, conhecido militante da FEC-ML.

— 3 de Março: Rebentou um fortíssimo petardo perto da Ponte de Pau, no Funchal.

— 4 de Março: Rebentou mais um petardo no Funchal,

desta vez na Boa Nova, sob um automóvel pertencente a Moisés Vieira, fiscal de obras da Junta Geral do Funchal.

— 5 de Março: Esta madrugada, e no espaço de dez minutos, rebentaram no Porto dois engenhos de grande potência, que originaram a destruição total de um automóvel e danos em mais quatro veículos.

— 6 de Março: Mais dois petardos rebentaram esta madrugada no Porto, junto à montaria da perfumaria Baton Ld.^a e à entrada de uma garagem da Rua de Paulo da Gama.

— 15 de Março: O Centro de Trabalho do PCP em Espinho foi vítima de um atentado bombista, que provocou grandes estragos. Dias antes, uma sessão de esclarecimento do PCP nesta cidade fora boicotada por vários indivíduos que rasgaram os cartazes e provocaram os intervenientes.

— 20 de Março: As instalações do Núcleo da UDP de Paranhos, no Porto, foram objecto de um segundo atentado, que desta vez alcançou o seu objectivo, destruindo-as.

— 22 de Março: Uma bomba destruiu parcialmente, no Funchal, o automóvel de José Luís Gonçalves, conhecido militante da FEC-ML.

— 3 de Março: Rebentou um fortíssimo petardo perto da Ponte de Pau, no Funchal.

— 4 de Março: Rebentou mais um petardo no Funchal,

nomia, poucas horas depois de ali ter terminado o I Congresso dos Trabalhadores Tâxteis. A explosão provocou estragos avaliados pela Comissão Directiva da Faculdade do Porto em centenas de contos, causando alarme na população da zona, bem como o estilhaçamento de vidros no Lar das Enfermeiras do Hospital de S. João, situado a 500 metros do local.

— 24 de Março: Rebentaram mais três bombas na zona do Porto, uma das quais destruiu a livraria «Vento Leste». As outras duas, quase simultâneas, destruíram um automóvel e a parte da fachada de um prédio na praia da Aguda, propriedade de Vladimiro Oliveira do Nascimento, considerado afecto ao PCP.

— 25 de Março: Rebentou um petardo na soleira da Padaria Nova, em Canidelo, Gaia, propriedade de Carlos Manuel Marques. Trata-se do segundo atentado de que esta padaria é alvo.

— 25 de Março: Deflagrou uma bomba no Bairro dos Três Bicos, nas imediações de Portimão, debaixo do automóvel do carpinteiro José António da Silva Lopes, militante da FSP.

— 3 de Abril: A poucos quilómetros de Santa Marta de Penaguião, uma poderosa carga de trotil accionada pelo sistema de relógio, deflagrou, de madrugada, no carro do ex-padre Maximino, candidato da UDP às eleições para a Assembleia da República pelo círculo de Vila Real, provocando-lhe a morte quase imediata, assim como a de uma jovem que o acompanhava, Maria de Lurdes Ribeiro Correia, aluna liceal e simpatizante da UDP.

— 7 de Abril: Rebentou um petardo junto à sede do PCP na Areosa, Porto.

— 10 de Abril: Rebentaram dois petardos no Porto, danificando bastante um automóvel pertencente a Maria Georgina Gomes Monteiro, militante do PCP, e a residência do eng. Arold Lopes Guimarães, familiar de militantes da UDP e do PCP.

— 21 de Abril: Explodiu um petardo na sede do Partido Socialista no Porto Santo, Funchal, depois do ministro Jorge Campinos ter abandonado aquela ilha.

— 22 de Abril: Dois mortos e cinco feridos, prejuízos materiais elevando-se a várias centenas de contos, tal é o balanço de mais um atentado da direita terrorista, cometido pelas 16,45 horas deste dia contra a Embaixada de Cuba em Portugal.

— 1 de Maio: A Baixa lisboeta foi abalada, pelas 6,15 horas da manhã de hoje, pela explosão de uma violentíssima bomba a pouca distância do Centro

de Trabalho do PCP do Hotel Vitória, na Avenida da Liberdade. Foi graças à vigilância do serviço de segurança àquele Centro de Trabalho que os terroristas do ELP-MDLP, às ordens de Spínola, não conseguiram os seus intentos, que era colocar a bomba num automóvel que ficaria estacionado junto à porta do Hotel Vitória.

A explosão foi tão grande que algumas pedras do passeio foram projectadas para o outro lado da Avenida, tendo ficado destruída uma barraca da Feira do Livro. A lamentar a morte de um jovem de 15 anos, que tudo leva a crer nada ter a ver com o sucedido, e que por ali passava àquela hora. Além de ferimentos em seis pessoas, a explosão provocou estragos em vários prédios daquela Avenida.

— 6 de Maio: Rebentou uma bomba de grande potência em Alcobaça, num estabelecimento de antiguidades que pertenceu até muito recentemente a um militante progressista local.

— 7 de Maio: O Centro de Trabalho do PCP na Senhora da Hora foi objecto de um atentado bombista.

— 9 de Maio: Explosão nas instalações da EFACEC, à Via Norte, no Porto.

— 14 de Maio: Uma bomba de grande potência explodiu e danificou a estação de radar regional do aeroporto da Portela de Sacavém.

— 14 de Maio: Rebentou um petardo nos jardins do Hotel Ribamar, no Funchal, situado na zona onde se concentram as mais importantes unidades hoteleiras da ilha. O Ribamar encontra-se em regime de co-gestão.

— 19 de Maio: Ao princípio da madrugada explodiu um petardo numa fábrica de móveis do Calvário, em Freamunde, lançado para o interior através de um vidro que se encontrava partido. Só a pronta intervenção de populares impediu a deflagração de um incêndio provocado pela explosão.

— 17 de Maio: Um «cocktail molotov» destruiu um automóvel estacionado na Avenida Marginal, Funchal, e propriedade do dr. José Manuel Rodrigues, geralmente indicado como homem progressista.

— 20 de Maio: Um engenho explosivo com dispositivo incendiário anexo, rebentou na

residência de António Ribeiro Teixeira, em Santo Tirso. A seguir à explosão o prédio incendiou-se, ficando totalmente destruído. O atentado matou Maria Rosinda de Sousa Moreira, esposa de António Ribeiro Teixeira, que ficou ferido. Também muito ferido ficou o filho do casal, Nelson José Ribeiro Teixeira, aluno liceal.

— 4 de Junho: Explodiu uma bomba, por volta das 4,30 horas da madrugada, junto do edifício onde está instalado o MEIC, na Avenida Elias Garcia, em Lisboa.

— 9 de Junho: Sensivelmente à mesma hora, verificaram-se na madrugada deste dia dois atentados bombistas contra objectivos que têm a característica comum de serem locais de irradiação cultural: a Cooperativa Livreira «António Sérgio», na Póvoa de Varzim; e a «Livraria Popular», dos Olivais, em Lisboa. Os prejuízos são elevadíssimos. Dias antes

do atentado contra a Livraria Popular, apareceram inscrições nas paredes do prédio; significativamente, alguém escreveu «Abaixo a Cultura». Junto desta e doutras inscrições do mesmo género, foram desenhados emblemas do ELP.

— 9 de Junho: Não provocou vítimas, mas causou grandes destruições, a bomba colocada ontem à noite na residência do mineiro Rodrigues dos Reis Deodato, em Aljustrel, que se encontrava ausente com a família em Lisboa. O engenho destruiu ainda quatro residências contíguas à de Rodrigues Deodato, conhecido pelas suas posições progressistas.

AMANHÃ
A tática do M D L P para a conquista do Poder



A cultura é também alvo das forças reaccionárias: bomba numa livraria dos Olivais, no dia 9 deste mês



Uma bomba em Santo Tirso matou a mulher de um militante do MDP, a 22 de Maio

CICLO CINEMATOGRAFICO ACOBAC

A Cooperativa de Cinema Paz dos Reis, em colaboração com a Direcção-Geral de Acção Cultural, está a levar a efeito o ciclo de cinema da ACOBAC (ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS E ORGANISMOS DE BASE DA ACTIVIDADE CINEMATOGRAFICA).

Assim, decorre na Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83, Lisboa, com bilhetes ao preço de Esc. 10\$00, a projecção dos seguintes filmes das várias cooperativas de cinema:

Dia 15, às 18.30 e 21.30 horas — «Máscaras»

Realização de: NOÉMIA DELGADO

PORTUGAL PRESENTE NA 42.ª G.D.S. «EXPORTAÇÃO EUROPEIA DE CALÇADO» DUSSELDORF 25 A 27 DE SETEMBRO DE 1976

O Fundo de Fomento de Exportação, consciente do interesse de que se reveste a 42.ª G.D.S., vai organizar neste certame uma representação Nacional.

A Exposição Europeia de Calçado terá lugar em Dusseldorf de 25 a 27 de Setembro, e como habitualmente poderá vir a oferecer aos comerciantes do sector a possibilidade de uma visão panorâmica das colecções apresentadas e um primeiro contacto com a moda Primavera/Verão de 1977.

A G.D.S. é olhada pelos especialistas, como uma das mais importantes manifestações que no seu género se realizam.

As Firms Nacionais interessadas em expor no «stand» de Portugal, deverão contactar até dia 30 de Junho a Direcção de Serviços de Feiras e Exposições — Fundo de Fomento de Exportação, Av. 5 de Outubro, 101 — Lisboa — Telef. 77 77 72 ou 77 77 68.

Estrangeiro DEPOIMENTO DE UM ESCRITOR CUBANO

“O fim do mito dos mercenários”

Raul Valdes: homem público, diplomata e escritor cubano. Autor de vários livros. Um deles, intitulado «Embaixada na Selva», é uma colectânea de reportagens e crónicas da luta do povo vietnamita contra a agressão imperialista. Último livro: «Angola: fim do mito dos mercenários» — livro que refere os crimes praticados por mercenários estrangeiros naquela jovem nação africana.

Alguns passos do livro: «Quando perguntei ao chefe dos mercenários, o inglês «Callan», natural de Chipre, como procederia ele caso o MPLA lhe oferecesse 300 libras esterlinas por semana, «Callan» respondeu sem hesitar, à semelhança de um motorista experiente quando o sinal luminoso de repente muda:

«Passaria para o MPLA.» Quando fiz a mesma pergunta a Colin Clifford Evans, também inglês, ele também não hesitou, respondendo à minha pergunta com outra pergunta: «A caso alguém recusaria um salário maior?»

Quando perguntei a Danny Gearhart, um americano, se em troca do dobro do salário, ele se decidiria a abandonar a FNLA e passar-se para o lado dos seus inimigos, ele exclamou: «Naturalmente!»

O argentino Gustavo Marcello Grillo concordou, com toda a franqueza, que mata em troca de dinheiro e que, caso lhe pagassem mais, mataria com um prazer ainda maior.

(As respostas de outros mercenários eram quase idênticas.)

Com Gustavo Marcello Grillo conversei numa enfermaria do Hospital Militar de Luanda, no qual ele fora internado com três outros presos feridos da FNLA. Mais algumas declarações de Grillo:

«(...) As munições que recebemos no terceiro dia em S. Salvador eram da CIA (fuzis, armas leves antitanques, granadas, binóculos de campo, rádio-transmissores). Os agentes da CIA moravam no Hotel Internacional de Kuinxasa... Eu sabia que a FNLA não venceria, mas a mim pouco importava que eles ganhassem ou perdessem. Não faço nenhum caso da FNLA. Eu não estou em Angola porque tenho algo contra o comunismo ou contra os cubanos ou contra os angolanos. Eu sou, em geral, uma pessoa que não tem nada contra quem quer que seja. Só vim para cá por causa de uma única coisa: o dinheiro e nada mais.»

Segundo o escritor cubano, unicamente Daniel Francis Gearhart se não apresentou como «apolítico».

Ouçamo-lo na versão de Valdes:

«Eu, como os demais, vim a Angola para ganhar dinheiro, e, ao mesmo tempo (não quero magoar ninguém) para lutar contra o comunismo.»

Pedi-lhe que me contasse, sem qualquer receio, que ideia faz ele do comunismo. Gearhart custou a responder.

«Penso como os meus compatriotas. Mas não sei como expor com clareza o meu ponto de vista sobre este problema.



Este mercenário acompanha tropas da F.N.L.A., que torturam um camponês angolano: foi assim a acção dos «soldados da fortuna»

Se o senhor quer que eu seja franco, para mim, o comunismo — não me refiro a ninguém em particular — é algo semelhante ao que se passa na Coreia do Norte.»

Era evidente que Danny Gearhart tinha medo de dizer algo que o prejudicasse.

«Eu não tenho nada contra os asiáticos. Estive no Vietname, e, creia, não tenho ódio aos vietnamitas. Os chineses já se acalmaram depois que Nixon os visitou. Não quero magoar quem quer que seja... Mas pelos coreanos do Norte, nem sei como dizê-lo, tenho antipatia. E pelo comunismo!»

Danny Gearhart é natural de Washington, tem 34 anos, pratica desporto, é pára-quedista e especialista militar de 4.ª classe.

Diferentemente de Grillo, Gearhart fala em voz baixa, quase em surdina — e os seus cabelos negros contrastam

com a cabeleira negra e reluzente do argentino. O seu ponto comum é o Vietname.

«Ai fui guarda dos «VIP». Acompanhei o general Westmoreland, o ministro da Defesa McNamara...»

Tendo sabido por meio de outro veterano da Guerra no Vietname que estavam a ser recrutados homens para Angola e que se podia ganhar «bom dinheiro», Gearhart não hesitou: partiu para Luanda.

Eis, enfim, alguns traços dos mercenários. Dos «soldados da fortuna» que perderam a liberdade. Dos homens em julgamento no Tribunal Popular Angolano. Numa palavra: estes são os homens que personificam o mito do mercenarismo.

SOVENA S.A.R.L.

Informam-se os Exmos. Clientes e Fornecedores de que todos os Escritórios e Armazéns desta Empresa estarão encerrados a partir do próximo dia 17, só reabrindo a 21.

FÉRIAS NA PRAIA TORREMOLINOS

1 SEMANA

PARTIDAS:
Julho 4, 11, 18 e 25
Agosto 1, 8, 15, 22 e 29
Setembro 5 e 12

Preços excepcionais desde **2.500\$**

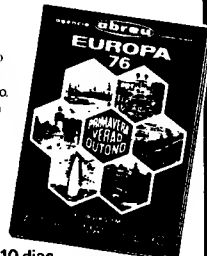
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES
abreu
Fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 311341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Seta, 2 • Telef. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

EXCURSÕES abreu em autopullman

TRADIÇÃO NA QUALIDADE

Se está interessado numa excursão de pequena duração (1, 2 ou 3 semanas) peça nos livros «gratís» «EUROPA 76»



ANDALUZIA — 10 dias
Partidas: 19, 6, 10, 7, 21, 8, 4, 9 Esc. 6800\$

ESPAÑA
ANDORRA E LOURDES — 11 dias
Partidas: 16, 6, 21, 7, 4, 18, 8, 8, 9 Esc. 7900\$

VERÃO AMENO — 21 dias
Espanha, França, Luxemburgo, Alemanha, Holanda, Bélgica e Inglaterra.
Partidas: 5, 8, 9, 9 Esc. 22.170\$

ESPAÑA E FRANÇA — 15 dias
Partidas: 11, 7, 15, 8, 12, 9 Esc. 11.400\$

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu
Fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 320021
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Seta, 2 • Telef. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Retrospectiva

MANUEL GUIMARÃES

A obra digna, de um homem consciente, numa época em que a dignidade era difícil no cinema português

18.30 E 21.30
SÃO LUIZ



8 JUNHO

Saltimbancos
Maria Olguim,
Helga Liné,
Artur Semeão,
José Vitor

9 JUNHO

Nazaré
Virgílio Teixeira,
Helga Liné,
Artur Semeão,
Manuel Lereño

10 JUNHO

Vidas sem Rumo
Eugénio Salvador,
Mibi,
Jacinto Ramos

11 JUNHO

A Costureirinha da Sé
Fátima Bravo,
Batista Fernandes,
Costinha

12 JUNHO

O Crime da Aldeia Velha
Bárbara Laage,
Rogério Paulo,
Mário Pereira

13 JUNHO

O Trigo e o Joio
Eunice Muñoz,
Igrejas Caeiro,
Mário Pereira,
Maria Olguim

15 JUNHO

Lotação Esgotada
Artur Semeão,
Miguel Franco,
Luísa Neto

Não acons. men. 13 anos

circuito dos 3 Alpes

uma excursão maravilhosa por um preço excepcional, visitando:

SUÍÇA - AUSTRIA

ITALIA - FRANÇA - ESPANHA

AVIAO ESPECIAL TAP + AUTOPULLMAN DE LUXO

PARTIDAS: 12 de Julho 14 de Setembro

15 DIAS DE VIAGEM **12.600\$**

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu
Fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 320021
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Seta, 2 • Telef. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

enbe a opion

Engenheiros de várias cidades soviéticas produziram o protótipo como parte do programa de combate à poluição.

A Tass deu também recentemente informações sobre carros experimentais soviéticos movidos a pedais e eletricidade, e anunciou o ano passado que uma versão accionada a gás de um Volga Saloon entrará em produção.

O caso Lockheed poderá prejudicar a D.C.

quenda tem estado a exigir que a Comissão se reúna esta semana para investigar as novas provas, que foram fornecidas pelos Estados Unidos.

acusações contra a esquerda, mas, nas últimas eleições presidenciais, o caso não chegou ao tribunal. O partido está a lutar para conservar a sua posição como maior agrupamento político da Itália, posição que mantém há três décadas. As sondagens de opinião pública indicam que os comunistas poderão tornar-se a força política dominante no

A noite passada, o presidente dos democratas-cristãos, Amintore Fanfani, um anticomunista radical, resumiu a campanha como uma simples escolha entre os dois partidos. «As possibilidades que a Itália enfrenta são duas: ou governo com participação comunista ou governos democráticos, sem participação comunista», declarou num comício eleitoral. Entretanto, o dirigente do Partido Socialista, Francesco De Martino, declarou num discurso pela Televisão que a aliança centro-esquerda entre democratas-cristãos e socialistas, que formou o governo durante uma dúzia de anos, não pode ser restabelecida, fosse qual fosse o resultado eleitoral.

REFE

Entretanto guerrilheiros ur-
didos exigem que a carne se-
ja amanhã vendida a preço re-
duzido, ameaçando que, se
assim não acontecer, matarão
um destacado negociante de
carne que ontem foi rapado
em frente da sua residência.

A ameaça foi feita num co-
municado da Unidade de Com-
batentes Comunistas pouco de-
pois de o "Barão da Carne",
Giuseppe Ambrosio, de 53

anos, ter sido aliado para den-
tor de um automóvel quando
estive de casa para o trabalho.
O comunicado afirma que
Ambrosio será executado até
à meia-noite de amanhã, a me-
nos que mais de 70 talões em
brancos de classe trabalhadora
de Roma vendam, pelo menos,
uma tonelada de carne de pri-
meira a quase um terço do
preço normal. Afirma-se, con-
tudo, que os raptores têm o
homem errado.
O comunicado refere-se por
várias vezes ao irmão de Am-
brosio, Andrea, que chafia a
companhia Caralia de que Gui-

■ MONTEVIDEO, 15 — (ANOP) — O presidente interino do Uruguai, Alberto Demicheli, afirmou ontem que serão necessários pelo menos três anos para restaurar a democracia no país.

Demicheli, como primeiro acto oficial, assinou duas proclamações: uma suspendendo as eleições previstas para Novembro, por prazo indeterminado e a outra criou um conselho nacional controlado pelos militares, para escolher um novo presidente.

O conselho agora criado de- verá nomear um substituto pa- ra Demicheli, dentro de 60 a 70 dias.

Sepe Ambrosio e director.
O communicado declara que Ambrosio tem estado a fazer «enormes lucros» á custa dos trabalhadores, e é responsável por «roubo diário ao proletariado». Os guerrilheiros pedem a 500 libras o quillo, quando o preço normal é de 5500 libras (cerca de 200 escudos).
A Associação Romana de Negociantes de Carne annuncia mais tarde que satisficou a exigência na condição de Ambrosio ser libertado ileso.

RUMSFELD
VISITA A AFRICA

A parte principal do projecto autoriza a concessão de auxílio militar e créditos para dois anos a Israel no valor de 2,5 mil milhões de dólares e cerca de 2 mil milhões de dólares de auxílio económico ao Egipto, Jordânia, Síria e Líbano.

desa.
cas próximo da fronteira finlan-
tir a manobras militares soviéti-
je em Leninegrado para assis-
lândia e Suécia reunem-se ho-
servadores da Noruega, Fin-
■ MOSCOVO, 15 — (R) — Ob-
Peacock.
gócios Estrangeiros Andrew
as quais o ministro dos Ne-
dualidades do seu país en-
nhado pela esposa e por indivi-
ilano Malcolm Fraser, accompa-
tal o primeiro-ministro austra-
dias chegou ontem a esta capi-
Para uma visita oficial de seis
■ TOQUIO, 15 — (ANOP) —
duas das suas seis páginas.
«Juventud Revelde» perderá
toral».
berania e da integridade terri-
sua luta de salvaguarda da so-
que apoiem esta República na
tos internos da Guiana, e para
mo norte-americano nos assun-
nem a ingerência do imperialis-
forças da paz para que conde-
lança um apelo a todas as
O Conselho Mundial da Paz
da República da Guiana.
Apoio ao Povo e ao Governo
mo o Dia Internacional de
marque o dia 16 de Junho co-
que a opinião pública mundial
uma declaração apelando para
Paz difundir, nesta cidade,
(t) — O Conselho Mundial da
HELSSINKI, 15 — (NOVO-)

Defesa por causa da sua proximidade com zonas de influência soviética. O Quênia é vizinho da Somália, onde os norte-americanos anunciaram a construção de instalações militares soviéticas para auxílio de segurança, incluindo instalações norte-americanas».

MADRID, 15 — (R) — O ba-
nido Partido Comunista de Es-
panha avisou ontem que o rei
Juan Carlos colocaria o seu
tronso sob pressão se não se
dissolvesse das instituições fran-
quistas e negociasse com a
oposição.

Um comunicado emitido pe-
lo comissão central do partido
dizia que a recente viagem
do monarca aos Estados Uni-
dos, durante a qual prometeu
profundas reformas políticas,
tinha de ser apoiada por um
desajo interior de caminhar pa-
ra a democracia.

Afirmava que a oposição ne-
gocia um pacto com o sove-

goçaria um pacto com o sove-
rano se este suspendesse as
instituições criadas pelo falec-
to general Franco, tais como
as Cortes (Parlamento), reali-
zasse eleições livres e conce-
desse uma amnistia total aos
presos e exilados políticos.

«Se o rei não trabalhar para
este pacto, a actual alternativa
entre uma ditadura e uma de-
mocracia... tornar-se-á uma al-
ternativa entre uma monarquia
e uma república democrática»

O Partido Comunista Espa-
nhol está excluído de novas leis
que levantam as restrições so-
bre os partidos políticos.

REGRESSA AO
50 ANOS
 O FILME DO
 ANO!

EM 4.ª SEMANA

"A história da crise de um casal:
 JANE FONDA
 YVES MONTAND
 de um país: a França após Maio de 68"

Jean-luc GODARD
 e Jean-Pierre Gorin



TUDO VAI BEM

"TOUT VA BIEN"

FASTMAGDON
 FILMS OCIDENTE

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

Espectáculos

Vasco Pinto Leite responde a Mourão-Ferreira

Em resposta a um comunicado distribuído pelo dr. David Mourão-Ferreira, secretário de Estado da Cultura, no qual é referido o Instituto Português de Cinema, o eng. Vasco Pinto Leite, antigo director-geral da Cultura Popular e Espectáculos divulgou um documento que, pela sua extensão, não nos é possível publicar na íntegra. Transcrevemos, contudo, as partes que consideramos mais significativas.

Começa o ex-D.G.C.P.E. por referir o despacho ministerial que em 26 de Setembro determinou a constituição de uma comissão encarregada de um inquérito à actividade cinematográfica, devendo apresentar as suas conclusões no prazo de 60 dias no que se refere ao I.P.C. e 150 quanto à restante actividade. O inquérito, mais tarde transformado em sindicância, foi apoiado por Vasco Pinto Leite, então director-geral da Cultura e Espectáculos.

«Passados que foram mais de oito meses (!) sobre a data de início da sindicância, esta ainda se encontra sobre o I.P.C., nada se sabendo sobre o assunto e, segundo se julga, os trabalhos encontram-se interrompidos. A principal testemunha, o anterior D.G.C.P.E. que, por inerência do cargo, era também o vice-presidente do I.P.C., nem sequer ainda foi chamado a depor, nem outras testemunhas recomendadas, de inegável importância, refere o autor do documento, que acrescenta:

«Após a tomada de posse do actual secretário de Estado da Cultura, dr. David Mourão-Ferreira, colocou-se o director do Gabinete de Programação Cultural, Vasco Pinto Leite (nomeado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e ministro da Comunicação Social de 29 de Agosto de 1975 e tomada de posse dada pelo ministro da Comunicação Social em 30 de Outubro) a sua disposição para lhe prestar todos os esclarecimentos necessários sobre a complexa situação da actividade cinematográfica e, nomeadamente, sobre o I.P.C. durante o período em que aquele Instituto, por inerência, dependia do director-geral. No en-

tanto, nestes últimos três meses apesar de insistentes diligências, não concedeu o secretário de Estado da Cultura qualquer audiência ao director do G.P.C., alegando falta de tempo.»

Estranha, assim, o signatário «que a S.E.C., a propósito de problemas surgidos com a actual gestão e administração do I.P.C., venha tentar ligá-los a factos anteriores que pouco ou mal conhece por deficiente e deformada informação e com a agravante de incorrer na ultrapassagem às conclusões dos trabalhos da sindicância a toda a actividade cinematográfica, ordenada pelo ministro em 26 de Setembro, influenciando previamente a opinião pública e prejudicando a isenção que deve preocupar e orientar a respectiva Comissão de Sindicância que, assim, se vê colocada em situação de poder vir a actuar sob coacção em contrário ao expressamente exposto no Art.º 32.º n.º 6 da Constituição da República Portuguesa».

Vasco Pinto Leite frisa que «deve ficar bem claro que a gestão da actividade cinematográfica do I.P.C. posterior ao período em que incide esta sindicância ordenada em 26 de Setembro compete exclusivamente às pessoas que então passaram a assegurar a gestão do I.P.C.».

E, na sequência da sua exposição, põe as seguintes questões:

«Que propôs a administração do I.P.C. e que decisões tomou a S.E.C. nos restantes sectores da actividade cinematográfica?

«Que rumo deu a S.E.C. aos concludentes relatórios sobre os inquéritos ordenados durante o 4.º Governo Provisório às grandes empresas de distribuição e exibição de cinema em Portugal?

«Que foi feito para criar uma distribuidora pública portuguesa que, em complemento com uma eventual intervenção do Estado nas grandes empresas, permitisse alterar o lamentável panorama da maior parte dos filmes exibidos nas salas comerciais portuguesas? Não constitui isto uma autêntica censura económica para não

dizer ideológica, pior do que todas as censuras?

«Por que nada consta ter sido feito para a criação de um circuito popular de exibição que proporcione à maioria das classes trabalhadoras o acesso à cultura, como manda a Constituição da República?

«Que foi feito no sentido de um projecto de reorganização e reequipamento dos laboratórios portugueses?

«Competirá, certamente à Comissão de Sindicância apurar todos estes porquês. Como a ela competirá analisar parte da matéria inicial que é insinuada no aludido comunicado da S.E.C.»

Em resposta directa ao comunicado da Secretaria de Estado da Cultura, o ex-D.G.C.P.E. acrescenta:

«Do comunicado da S.E.C. parece depreender-se que se encontra justificação para o que na altura, no processo de agregação das unidades poderia ser considerado ilegalidade

de vária ordem. Mas, não deixa de ser citada, e portanto insinuada, essa presumível ilegalidade, o que se rejeita totalmente; a argumentação respectiva faz parte, como já se disse, da documentação extensa em devido tempo elaborada e, certamente, objecto da Comissão de Sindicância. Aliás, espanta que não tenha sido citada no comunicado da S.E.C. já que, dias antes, havia sido enviada ao secretário de Estado.

«Assinala o comunicado da S.E.C. a inadequação profissional de boa parte dos trabalhadores integrados nas U.P.»

«Ora, desconhece-se como foram admitidos os trabalhadores depois de Agosto de 1975, quando o assunto deixou de depender da D.G.C.P.E., mas convém lembrar o ponto n.º 9 do documento 'definição das U.P.': 'O I.P.C., através do Sindicato, assegurará as reciclagens necessárias aos técnicos de cinema integrados não só nas U.P.' mas também os

restantes profissionais de actividade, incluindo os estabelecimentos técnicos, e por forma a serem corrigidas eventuais distorções próprias da actual situação do cinema português e a solicitar ao Sindicato, em caso de necessidade, a reclassificação profissional».

«Ao sustentar a socialização do sector da produção de cinema nos moldes previstos pelos documentos então aprovados no I.P.C., teve-se em conta três aspectos fundamentais: o desenvolvimento das relações de produção socialistas do País, a praticamente inexistência de produtores privados que pudessem ou desejassem sustentar o cinema português e o exercício do poder democrático dos trabalhadores de cinema».

«Não é neste sentido, aliás, que se prevê a evolução da vida portuguesa, bem explicita no art. 80.º da Constituição da República? Não se compreende,

então, que obstáculos encontre a S.E.C. na 'alteração da marcha política dos acontecimentos' referida no seu comunicado.

E, após a exposição de que demos alguns excertos, conclui o eng. Vasco Pinto Leite:

«1.º — O comunicado da S.E.C. no que respeita à gestão do I.P.C. sob a anterior D.G.C.P.E. é impreciso, omissivo e parcial, na sua aparência.

«2.º — Não se aceita qualquer presumível ligação sugerida da situação anterior com os factos citados resultantes dos problemas emergentes da actual situação e respectivas responsabilidades. 3.º — Rejeitam-se todas as insinuações contra a extinta D.G.C.P.E. que possam depreender-se do comunicado da S.E.C. 4.º — A prática da política da S.E.C. para o cinema tem sido sectorial e não global e, daí certamente, grande parte dos pro-

Continua na pág. 15

Crítica de Música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

A velha tradição de cultura democrática do Coliseu foi ontem retomada com a casa cheia para ouvir a **Nona Sinfonia** de Beethoven e, por acréscimo, a **Fantasia Coral** (op. 80), também de Beethoven, que a precedia.

Este concerto fica a assinalar o começo de uma nova série, organizada pela Radiodifusão Portuguesa e destinada precisamente a atrair vastos sectores do público. Se esta primeira jornada («beethoveniana») foi um êxito, de todos os pontos de vista, já os programas que se seguem enfileiram, nitidamente, na sua orientação global, de um preocupante critério populista (diferente de popular) e demagógico (diferente de democrático). Os milhares de pessoas que acorrem ao Coliseu para ouvir boa música — naturalmente, escrita para grandes conjuntos sinfónicos e corais sinfónicos — não devem ser defraudados em relação à satisfação da sua sede de cultura. O Coliseu tem um auditório musical de massas, formado ao longo de sucessivas temporadas de ópera e de numerosas iniciativas no género dos Festivais Gulbenkian. Se, no próprio tempo do fascismo, por diversas vezes, condenei nestas colunas a orientação sensacionalista da Fundação Gulbenkian, no que respeita a vários aspectos dos seus festivais de música — e a minha crítica foi, em alguns casos, ultrapassada pela crítica espontânea e imediata do próprio público, através de monumentais (e históricas) **pateadas** —, ninguém estranhará que hoje, mais de dois anos passados sobre o 25 de Abril, quando temos uma Constituição que fala em democratização da cultura e em via socialista, quando o Prado já não está na Emissora, nem a Madalena na Gulbenkian, nem o Ivo Cruz no Conservatório, eu lavre aqui o meu sincero protesto pela ausência de um critério cultural — pela ausência de uma política de princípios no domínio da cultura musical — revelada por este, decerto bem intencionado, programa de acção da Radiodifusão Portuguesa. Democratização da cultura não é sinónimo de demagogia, repito-o, e mal se compreenderia que, inclusivamente

Beethoven no Coliseu Êxito popular: e o futuro?

te depois de a Radiotelevisão Portuguesa ter começado a transmitir para todo o País os concertos realizados no Cinema Tivoli (organizados pela mesma Radiodifusão Portuguesa, mas segundo uma orientação mais aceitável) fosse necessário agora regressarmos quase aos anos trinta, quase ao tempo em que o Governo de Salazar ainda não tivera a feliz inspiração de convidar Pedro de Freitas Branco para organizar a Orquestra Sinfónica da Emissora (e digo **feliz inspiração** porque, como todos sabem, o critério das nomeações para cargos culturais era, na altura, o do **analfabetismo do intelecto**: critério a que, evidentemente, não podiam satisfazer perigosos elementos **subversivos ou comunistas**, como um António Sérgio, um Bento Caraça, um Rui Luís Gomes, um Lopes Graça, e que só não terá votado ao ostracismo também Pedro de Freitas Branco — como votara o seu irmão e grande músico Luís — por mero acaso, talvez explicável pela sua notória indiferença política).

A demagogia, de resto, está a alastrar a outras instituições musicais, e não só no que respeita aos programas. Também há demagogia na quantidade de concertos programados, com desprezo pela qualidade da sua preparação artística e sem cuidado pela sua organização, em termos de rentabilidade cultural. Têm-se realizado alguns espectáculos em que há mais gente no palco do que na plateia!... Depois, institucionalizou-se de novo a regra de os instrumentistas andarem sempre a correr de umas orquestras para as outras, o que só serve para prejudicar o rendimento colectivo de cada uma delas e o rendimento individual dos sacrificados. Os organizadores de concertos põem-se a parir os seus programas sem dar cavaco, e depois os músicos que os desenrasquem!... Assistimos a uma inversão dos papéis: em vez de se trabalhar em prol da música e dos músicos, são estes que têm de trabalhar para satisfazer os caprichos dos organizadores de concertos... Existe uma coisa criada posteriormente ao 25 de Abril, cha-

mada Conselho Nacional da Música, e destinada a garantir a participação democrática de todos os organismos e associações musicais, na definição de uma política cultural e nacional para a música e na coordenação das respectivas actividades. Quando o Conselho já se encontrava quase institucionalizado e a funcionar regularmente, veio o sr. Mourão Ferreira com a ideia de nomear, ele, um conselho para a música, com total desprezo do trabalho já realizado e que abria largas perspectivas futuras, desde que incentivado. A seguir suspendeu o próprio conselho por ele criado, e agora não se sabe qual deles está realmente em funções. Estamos nisto: todos falam de democracia, mas quando começam a aplicar-se soluções democráticas, arranja-se logo maneira de voltar ao autoritarismo e ao caciquismo.

Valorize-se o Conselho Nacional da Música, numa base realmente democrática. Dêem-se-lhe poderes de coordenação efectiva da vida musical portuguesa e acabe-se de vez com a concorrência entre as diferentes capelinhas. Organizem-se menos concertos, mas pensados com cabeça, tronco e membros, com uma política de princípios, insisto, no que se refere à cultura musical e à sua democratização, aos legítimos direitos profissionais e artísticos dos nossos músicos. Quanto às orquestras, que cada uma não faça mais do que aquilo que cabe dentro das suas possibilidades, para haver uma melhoria constante e gradual do seu trabalho.

Se houver coordenação, se as ideias de cada um forem discutidas à volta de uma mesa com todos os outros (no âmbito do tal conselho democrático), cada orquestra terá o seu papel autónomo na vida musical, no desenvolvimento do nosso património artístico, na democratização da cultura. E até poderá haver uma conjugação de instrumentistas de diferentes orquestras para iniciativas comuns: mas então uma conjugação a sério, e não a anarquia dissolvente que neste momento se verifica. Pensemos, por exemplo, na hipótese de as

quatro principais orquestras do País terem as respectivas actividades de tal modo coordenadas entre si que os melhores instrumentistas de cada uma delas pudessem ficar livres durante dois ou três meses para se integrarem numa orquestra nacional que, depois de realizar uma temporada especial em Lisboa e no Porto, fosse o embaixador musical do nosso País em certas iniciativas de intercâmbio com países amigos. (Enquanto isso, os outros músicos poderiam desdobrar-se em agrupamentos diversos e realizar outro programa). Se quisermos trabalhar a sério e democraticamente — sem os velhos caciquismos, sem os velhos autoritarismos, sem a velha mania da perseguição — muito se poderá fazer. A nossa cultura e o nosso povo **merecem mais e exigem mais** de nós do que certa gente continua a pensar quando afirma do alto da sua pesporrência que «a música e os músicos que temos estão à medida do País e não há nada a fazer...»

O concerto Beethoven no Coliseu foi um grande êxito artístico, no que toca à **Nona Sinfonia**. O Coro Gulbenkian cantou primorosamente. O mesmo se tem que dizer do quarteto de solistas polacos. A orquestra — uma síntese entre a da Radiodifusão e a do S. Carlos — distinguiu-se em todos os naipes, pois todos eles tiveram o seu momento de afirmação de um alto nível artístico (até poderia enumerar as passagens da partitura em que isso foi mais notório, mas não vale a pena). Alvaro Cassuto garantiu a dignidade da interpretação, com uma direcção correcta quanto aos andamentos escolhidos e segura quanto à eficácia sobre o complexo coral sinfónico. É claro que houve falhas, e poderia também enumerá-las uma a uma, mas não empalidecem o merecido aplauso pelo êxito global do esforço colectivo realizado.

Com um concerto destes, e com o público entusiasmado que a ele assistiu, ainda se hesita em pensar seriamente os problemas da nossa cultura musical, dos nossos músicos, e em começar a dar-lhes solução?

A MAIOR AVENTURA depois de "LAWRENCE DA ARÁBIA"



Columbia Pictures apresenta
uma Produção Heró Jaffe
num filme de John Milius

com
**Sean Connery Candice Bergen Brian Keith
e John Huston**
Escrito e Real. por John Milius Prod. por Heró Jaffe
Música Jerry Goldsmith Filmed in Panavision Color

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

4.ª SEMANA MONUMENTAL

Desporto

Atlético: hora de descontrolo

Decididamente, o Atlético tem de ir à bruxa. Depois da história tragicómica ocorrida nos bastidores da partida futebolística com o Varzim (para a «Taça») ainda destinada a arrastar largos rios de tinta (com implicações, até, na continuidade de certos órgãos legislativos do desporto...) novo caso ocorre na Tapadinha, desta feita no decorrer do encontro de andebol entre os proprietários do pavilhão e o Estefânia.

O joguinho contava para o Torneio de Encerramento da Associação de Andebol de Lisboa, em que se encontra equacionada a taça dotada com o nome de um alcantarese prestigioso: Paiva e Silva. Estava para não se realizar, por falta da dupla arbitral oficial: um juiz que se encontrava na bancada (Carlos Alberto de Mascarenhas, de seu nome) a convite de vários interessados, acedeu em colaborar. E, pegando no apito, aí o temos, a orientar os «setes» no seu confronto.

Tudo parecia deslizar sobre rodas: mas, a meio do segundo tempo (com os grupos empatados em golos) o árbitro assinalou determinada falta aos alcantarenses. Um dos andebolistas da casa, aborrecido, pegou na bola e atirou-a violentamente contra o solo, provavelmente a manifestar desagrado com o juízo arbitral: Carlos Mascarenhas expulsou-o por dois minutos.

O andebolista castigado começou a aproximar-se da vedação, para cumprir a ordem: subitamente, despiu a camisola e avançou até ao árbitro, numa atitude eventualmente julgada de agressiva. Foi o rastilho: saltando para o recinto, um espectador aborda pelas costas o árbitro e espeta-lhe um pontapé com tal afinco que duas costelas ficaram logo esgalhadas.

Depois, protegido pela apatia (ou triste convivência...) do público, retirou calmamente do recinto, sem que o «PSP» de turno saiba sequer como o discolor se de-

nomina.

O árbitro Carlos Alberto Mascarenhas, depois de ter sido tratado (no Hospital de S. José) faz declarações públicas. De muita gravidade, como pode notar-se hoje, na edição do nosso colega «Record». Diz o seguinte:

— Fui agredido por um espectador, certamente adepto do Atlético. Depois disso, foram os próprios jogadores do clube de Alcântara que deram a fuga a esse espectador agressor. (...) Só mais uma coisa: estou muito grato aos jogadores do Estefânia, grandes desportistas e uns homens de carácter.

Não acrescentamos, à pura descrição dos factos públicos, uma só palavra de comentário. Limitamo-nos a notar que, infelizmente, os ânimos pelo lado da Tapadinha andam em ponto de reboçado. Que diabo, amigos: o espectro da descida de divisão já lá vai...

N. de S.

Tribunal obriga o Sporting a dar 464 a Fernando Vaz

A história arrasta-se desde os tempos da gerência Brás Medeiros, no Sporting. Um desajustado entre o presidente da colectividade de Alvalade e o seu técnico de futebol (Fernando Vaz) levou o orientador do «onze» a deixar os «leões» inopinadamente com grande parte do contrato por cumprir.

Então, sentindo-se prejudicado, Fernando Vaz moveu uma acção judicial ao Sporting, no valor exacto de Esc. 984.875\$00. E o caso começou a sua longa via lactea, através dos tribunais, de onde agora, após sessão no Colectivo do Tribunal de Trabalho de Coimbra, o Sporting Club de Portugal sai condenado na indemnização de Esc. 464.875\$00, a Fernando Vaz. Esta verba está assim referida: 177 contos e meio por prejuízos sofridos desde a rescisão do contrato até ao seu termo legal, 62 contos mais 375 escudos por prémios de jogos efectuados a partir da denúncia do contrato até ao seu término, 225 contos por prejuízos sofridos em relação ao prémio da assinatura de

contrato respeitante à temporada 72-73. Tudo juntinho, confere: 464 contos e uns trocados, mesmo assim metade do que desjava embolsar o técnico caldo em desgraça perante Brás Medeiros.

Resta acrescentar que é propósito do Sporting recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo: costuma dizer-se que, enquanto há vida há esperança.

BRAGA

Zezinho, o dianteiro lusobrasileiro que tem estado ao serviço do Boavista, rubricou contrato (por duas temporadas) com o Sporting de Braga.

SETÚBAL

Mais uma baixa prevista para o «plantel» setubalense: Matine por intermédio de um empresário português, está em contacto com dois clubes es-

trangeiros que pretendem o seu concurso.

SUPER-TAÇA

Foram anunciadas as datas dos encontros da «Super-Taça da Europa», a disputar este ano entre o Anderlecht, (vencedor da «Taça das Taças»), e o Bayern de Munique, (campeão europeu). O encontro da primeira-«mão» está marcado para 17 de Agosto (às 20 horas), em Munique, e o da segunda-«mão» para 30 de Agosto, (à mesma hora) em Bruxelas.

Entretanto, a UEFA aceitou a proposta da federação belga no sentido de inscrever na próxima temporada o Lierse S.V. na «Taça dos Vencedores de Taças». Este clube foi derrotado na final da «Taça da Bélgica» pelo Anderlecht que, na qualidade de detentor do troféu está qualificado automaticamente para a próxima edição da prova.

Martins em 3.º através da Suíça

O ciclista alemão federal Dietrich Thurau ganhou a 5.ª etapa da «Volta à Suíça», em bicicleta, disputada entre Lenzerheide e Locarno, numa extensão de 186 quilómetros. O francês Andre Romero é o novo «leader» da prova, enquanto José Martins subiu para o 3.º lugar a 22 segundos.

Classificação da etapa: 1.º, Dietrich Thurau, R. F. A., 4 h 43 m 11 s (média de 39,515 km/h); 2.º, Andre Romero, França, a 10 s; 3.º, Ferdinand Julien, França, a 1,49 s; 4.º, José Martins, m.t.; 5.º, Henrique Martinez-Heredia, Espanha, a 3,02; 6.º, Hennie Kuiper, Holanda, a 3,12; 7.º, Robert Bouloux, França, a 3,26; 8.º, Albert Zeifel, Suíça, a 3,29; 9.º, Gly Maingon, França, a 3,32.

Classificação geral individual: 1.º, Andre Romero, França, 22.04,22; 2.º, Hennie Kuiper, Holanda, a 9 s; 3.º, José Martins, a 22; 4.º, Michel Pollentier, Bélgica, a 1,08; 5.º, Bert Pronk, Holanda, a 1,23; 6.º, Joss Pesarrodona, Espanha, a 2,07; 7.º, Ferdinand Julien, França, a 2,16; 8.º, Remo Roccia, Itália, a 2,17; 9.º, Albert Zweifel, Suíça, a 3,28; 10.º, Freddie Maertens, Bélgica, a 3,25.

PORTUGAL

TÉNIS

A turma tenista do Spril venceu uma formação de Badajoz (7-3), integrantes na representação lisboeta: José Vilela Rauil Peralta, Eduardo Osório, Henrique Chaves, Jutta Barbara, Appleton Figueira e Pedro Froes.

GOLFE

A 18, 24 e 25 do corrente, o Clube de Golfe de Vidago organiza provas abertas e o campeonato do Norte de Portugal.

GINÁSTICA

Nas instalações do Algés e Dafundo (para concorrentes

masculinos) e Lisboa Ginásio (ginastas femininas) decorrem esta noite, a partir das 19, os «Gaus de progressão pedagógica». Na zona nortenha, provas idênticas processam-se no pavilhão das Antas (masc.) e no ginásio do Futebol Clube de Gaia (fem.).

TÉNIS DE MESA

O «VII Grande Torneio Aberto de Ténis de Mesa Cidade de Lisboa» terá lugar a 3 e 4 de Julho.

BOXE

A Associação de Boxe de Lisboa promove hoje, a hora que não indica numa circular remetida aos órgãos informativos, uma reunião com todos os treinadores e seccionistas dos clubes amadores de Lisboa, a fim de serem tratados assuntos da modalidade.

nense (Rio de Janeiro) e da «Taça da Guanabara» de futebol.

O jogo foi duramente disputado pelas duas equipas, que terminaram o tempo regular empatadas a 1 golo.

De acordo com o estatuto do torneio foi realizado um prolongamento de 30 minutos, não se tendo modificado o resultado, sendo necessário recorrer aos castigos máximos do qual saiu vencedora a equipa do Vasco da Gama.

SÃO PAULO

Resultados dos jogos da 15.ª jornada do campeonato paulista de futebol: Botafogo-Santista, 10-0; Palmeiras-Portuguesa, 1-0; Ponte Preta-Nordeste, 0-0; Marília-Comercial, 1-1; Paulista-XV Novembro, 1-0; Ferroviária-São Bento, 2-0; Santos Corinthians, 0-0 e Guarani-Juventude, 3-1. Classificação: no Grupo A: São Paulo, 20 pontos; Portuguesa, 18; XV Novembro, 13; São Bento, 11; Paulista, 10; Comercial, 9. Grupo B — Guarani, 21; Corinthians, 19; Botafogo, 12; Ferroviários, 12; Juventude, 9; Marília, 6. Grupo C — Palmeiras, 20; Ponte Preta, 19; Santos, 15; América, 14; Nordeste, 10; Santista, 8.

24 Horas de Le Mans

Vitória da equipa Ickx-Van Lennep

O belga Jacky Ickx e o francês Van Lennep, arrostando penosas condições durante quase toda a prova deram à Porsche a sua terceira vitória nas 24 Horas de Le Mans, disputadas no último fim-de-semana.

O seu turbo 936 terminou os 4.796,9 km de prova com 11 voltas de vantagem sobre o segundo classificado o Mirage britânico guiado pelos franceses Lafosse e Migault.

Alain de Cadenet e Chris Craft, em Lola classificaram-se na terceira posição.

Foi a terceira vitória de Ickx e a segunda de Lennep o que faz deles dois especialistas da famosa prova de resistência.

A corrida foi enlutada pela morte do francês André Haller cujo carro — um Datsun HLS 30 — se despistou e incendiou no decorrer da quinta hora de prova.

Os vencedores receberam cerca de 1000 contos de prémio de vitória independentemente de outros prémios menores resultantes de diversos patrocinadores.

A classificação final ficou assim ordenada:

1 Jacky Ickx, Belgica, Guys

Van Lennep, Holanda, Porsche 936 Turbo, 349 voltas (4.760.360 km), à velocidade média de 198.746 km/h. 2.º, Jean-Louis Lafosse, François Migault, França, Mirage, menos 11 voltas. 3.º, Alain de Cadenet, Chris Craft, ambos da Inglaterra, em de Cadenet-Lola, 12 voltas menos. 4.º, Manfred Schurti, Lichtenstein-Rolf Stommelen, Alemanha Federal, Porsche 935 Turbo, 18 voltas menos. 5.º, Derek Bell, Inglaterra, Vern Schuppan, Austrália, Mirage, 23 voltas. 6.º, Raymond Toulou-Alain Gudini, França, Porsche Carrera, RS, 35 voltas. 7.º, Ernest Kraus-Gunther Stecconig, Alemanha Federal, Porsche 908/3 Turbo 36 voltas. 8.º, Henri Pescarolo-Jean-Pierre Beltoise, França, Inglaterra, 44 voltas. 9.º, Hartwig Bertrams-Heinz Martin, Alemanha Federal, Porsche, 47 voltas. 10.º, Sam Posey-Harald Grohs, Alemanha Federal, BMW, 3.0 CSL, 50 voltas.

VITÓRIA DE SCHEKTER NO GRANDE PRÉMIO DA SUÉCIA

Anderstorp (Suécia), 13

(Reuter) — Os revolucionários Elf Tyrrell de seis rodas, tendo ao volante Jody Scheckter, da África do Sul, e Patrick Depailler, da França, quebraram finalmente a hegemonia dos Ferrari arrebatando os dois primeiros lugares no Grande Prémio da Suécia em Fórmula Um.

Após uma série de nove vitórias consecutivas em Grandes Prémios os «Ferrari» tomaram uma aura de invencibilidade. No entanto, em Andersstorp tiveram de contentar-se com um terceiro e um sexto lugar, respectivamente do campeão mundial, Niki Lauda da Áustria, e do suíço Clay Regazzoni.

Lauda, com mais quatro pontos do seu terceiro lugar, parece ter de novo o título mundial ao seu alcance. Tem 55 pontos, e o seu mais próximo rival, Scheckter 23.

Os «Tyrrell» cujas quatro pequenas rodas dianteiras lhes conferem mais controlo nas curvas apertadas, participaram pela primeira vez em Grandes Prémios o mês passado, na Espanha.

Desta vez Scheckter percorreu os 289,3 quilómetros da prova em estilo confiante, terminando com 19 segundos de avanço sobre Depailler e 31 segundos à frente de Lauda.

Foram os seguintes os resultados oficiais da prova:

1.º Jody Scheckter, África do Sul, «Elf Tyrrell», 72 voltas em 1.46.53, à média de 162,3 km/h. 2.º Patrick Depailler, França, «Elf Tyrrell», 72 voltas em 1.47.17, à média de 161,8 km/h. 3.º Niki Lauda, Áustria, «Ferrari», 72 voltas, 1.47.27, à média de 161,5 km/h. 4.º Jacques Laffite, França, «Ligier-Matra», 72 voltas, 1.47.49; média 160,9 km/h. 5.º James Hunt, Inglaterra, «McLaren», 72 voltas, 1.47.53, à média de 160,9 km/h. 6.º Clay Regazzoni, Suíça, «Ferrari», 72 voltas, 1.47.54, à média de 160,8 km/h. 7.º Ronnie Peterson, Suécia, «March», 72 voltas, 1.47.56, à média de 160,7 km/h. 8.º Carlos Pace, Brasil, «Brabham», 72 voltas, 1.48.05, à média de 160,5 km/h. 9.º Tom Pryce, Inglaterra, «Shadow», 71 voltas,

1.47.03, à média de 159,8 km/h. 10.º Jochen Mass, Alemanha Federal, «McLaren», 71 voltas, 1.47.26, à média de 159,3 km/h.

Após esta prova é a seguinte a classificação do Mundial de Condutores:

1.º Niki Lauda (Ferrari), (Áustria), 55 pontos. 2.º Jody Scheckter (Tyrrell) (África do Sul), 23 pontos; 3.º Patrick Depailler (Tyrrell), (França), 20 pontos. 4.º Clay Regazzoni (Ferrari) (Suíça), 16 pontos. 5.º Jochen Mass (McLaren) (RFA), 10 pontos. 6.º Jacques Laffite (Ligier) (França), 10 pontos. 7.º James Hunt (McLaren) (Inglaterra), 8 pontos. 8.º Gunnar Nilsson (Lotus) (Suécia), 6 pontos. 9.º Hans Stuck (March) (RFA), 6 pontos. 10.º Tom Pryce (Shadow) (Inglaterra), 4 pontos. 11.º Carlos Reutemann (Brabham) (Argentina), 4 pontos. 12.º Chris Amon (Ensign) (Nova Zelândia), 3 pontos. 13.º Alan Jones (Surtees) (Austrália), 2 pontos. 14.º Carlos Pace (Brabham) (Brasil), 2 pontos. 15.º John Watson (Penske) (Irlanda), 2 pontos. 16.º Emerson Fittipaldi (Fittipaldi) (Brasil), 2 pontos. 17.º Mário Andretti (Lotus) (Estados Unidos), 1 ponto.

TOTOBOLA

Jogue connosco

Vilanovense - Varzim	X
Gil Vicente - Espinho	1
Famalicão - U. Lamas	1
Covilhã - Feirense	1
Marinhense - Fafe	1
Lourosa - Riopela	1
Penafiel - Salgueiros	1
E. Portalegre - Caldas	X
T. Novas - Torriense	X
Lusitano - Montijo	X
Sesimbra - Sintrone	1
Barcelense - Juventude	1
Almada - U. Montemor	1

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa

SEDE: Praça D. Luís, 17, 1.º, Dt.º — Lisboa-2
Telefs. 66 11 02/3

CONVOCATÓRIA

REUNIÃO DE DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se os Delegados Sindicais do Sindicato da Construção Civil para uma reunião de Delegados Sindicais do nosso sector, a qual se realiza na Terça-feira, dia 15, pelas 20 horas no INATEL, Rua Victor Cordon, Lisboa.

NOTA: Todos os Delegados Sindicais devem trazer as posições dos Trabalhadores sobre as formas de luta a adoptar, caso a decisão Ministerial não nos seja favorável.

A DIRECÇÃO



Geral

A.G.E. em Direito

Realiza-se amanhã, pelas 21 e 30 horas, na Faculdade de Direito, de Lisboa a Assembleia Geral de Escola para discussão da votação secreta do estatuto da Escola e eleição de uma Comissão de Reestruturação, que deverá preparar o novo ano lectivo e definição do princípio do apto escalonado na avaliação de conhecimentos.

A anterior A.G.E. não chegou a terminar por haver sido boicotada pelo M.R.P.P., segundo comunicado da Direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, onde se pode ler, nomeadamente:

«Factos de estrema gravidade ocorreram na última A.G.E. impedindo a votação de qualquer um dos pontos da ordem de trabalhos.

«Os estudantes, professores e funcionários presentes puderam constatar a existência de toda uma estratégia concertada por parte do M.R.P.P. que visou o boicote activo e total da A.G.E.

«Na verdade, a partir do momento em que o M.R.P.P. verificou que os estudantes apoiavam maioritariamente as justas posições da Direcção da Associação, procurou através da inscrição massiva de oradores afectos, da repetição e da excessiva duração das suas intervenções desmobilizar a assembleia.

«Face à inabalável vontade e decisão dos estudantes de permanecerem até ao fim da mesma, decidiu então o M.R.P.P. prolongar as suas intervenções até às zero horas e trinta minutos, hora inicialmente prevista para o encerramento da A.G.E., procurando deste modo impedir a realização de uma votação democrática insistentemente exigida pela maioria dos presentes.

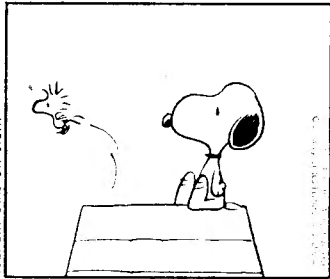
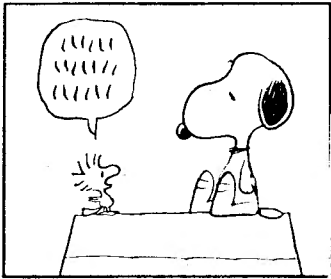
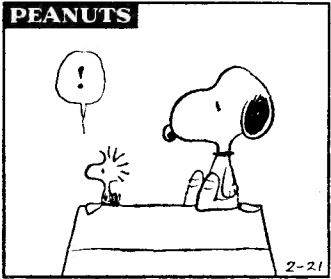
«Toda esta actuação foi corroborada pela mesa da A.G.E., constituída por elementos do actual Conselho de Gestão, a sua maioria ractos ao M.R.P.P., que, vaiada pela grande massa dos estudantes, chegou ao

ponto de abandonar a sala com total desprezo pela vontade dos mesmos. Nesse momento, por imposição da assembleia, a mesa da R.G.A. assumiu a coordenação dos trabalhos tendo os estudantes decidido conceder à Direcção da Associação poderes para convocar nova A.G.E.»

Gulbenkian distribui 12 mil contos por hospitais

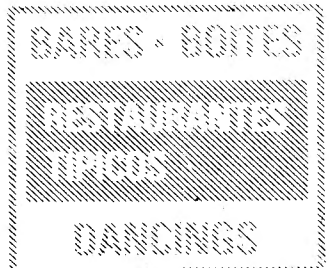
Doze mil contos é o quantitativo que a Fundação Gulbenkian destina este ano aos estabelecimentos hospitalares portugueses, integrado numa série de subsídios que acabam de ser aprovados para obras de assistência e repouso.

Aos Hospitais da Universidade



Confraternização da 2.ª C.C.E.

Antigos elementos da 2.ª Companhia de Caçadores Especiais conviveram num restaurante de Lisboa em comemoração do 16.º aniversário da sua partida para Angola. No termo do almoço, que decorreu num ambiente de franca camaradagem, foi decidido realizar nova reunião em 5 de Julho de 1977, para tal poderão ser contactados desde já os telefones 708052 e 953540.



NINA — Dancing com atracções.
Rua Paiva de Andrade, 7-13.
(Telef. 364859, 368197, Marta Monica Sripetaseuse).

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado.
Variedades internacionais. T.
261461/164526/264596/
264621/264946

17.ª FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

HOJE:
Para profissionais das 17 às 20 h.
*
PÚBLICO das 20 às 23 h.
*
Jornadas nacionais: ITALIA HUNGRIA

PORTUGAL QUER CONHECER O MUNDO E DAR-SE A CONHECER AO MUNDO

Livros para o novo ano lectivo

O MEIC estabeleceu, para o ano lectivo 76/77, um conjunto de medidas respeitantes aos livros escolares a adoptar, que terão em conta, sobretudo, os novos livros a utilizar no 7.º ano da escolaridade.

Assim, os livros que sejam primeiras edições devem ser apresentados, pelos autores, nas direcções-gerais do MEIC, sob a forma de original não impresso, dactilografado, acompanhado das respectivas gravuras ou fotocópias, num total de três exemplares. Os originais serão apreciados por um grupo de professores em exercício, com prática de ensino na disciplina a que o livro se refere, em número variável mas nunca inferior a três.

O MEIC terá que aprovar, previamente, todos os livros escolares que pela primeira vez sejam utilizáveis, e serão submetidos à sua apreciação todos os livros escolares de que se façam reedições ou reimpressões, desde que haja alteração do texto ou seja pedido aumento de preço.

Estas disposições constam de decreto-lei, emanado daquele Ministério e publicado em suplemento ao «Diário da República», I Série, n.º 129.

BOA COLOCAÇÃO COM BOM VENCIMENTO

Obterá se frequentar os Cursos (X)

- ★ PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES nas linguagens COBOL — RPG II — ASSEMBLER
- ★ PERFURAÇÃO E VERIFICAÇÃO IBM (individual)
 - ★ DESENHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
 - ★ MEDIDOR ORÇAMENTISTA CONST. CIVIL
 - ★ DECORAÇÃO DE INTERIORES ★ DESIGN
- ★ CONTABILIDADE
- ★ CONTABILIDADE INDUSTRIAL E GESTÃO ORÇAMENTAL
- ★ GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
 - ★ RELAÇÕES PÚBLICAS ★ PUBLICIDADE
 - ★ MARKETING ★ TÉCNICA DE VENDAS
- ★ SECRETARIADOS ★ HOSPEDEIRA DE TERRA E AR

O ÚNICO INSTITUTO QUE ASSEGURA ESTÁGIO Proporcionamos-lhe ainda:

- BOLSAS DE ESTUDO EM INGLATERRA, FRANÇA E ESPANHA
- RECONHECIMENTO OFICIAL DOS CURSOS EM PORTUGAL E EM DIVERSOS PAÍSES DA EUROPA E AMÉRICA
- UMA CARREIRA PARA OS QUE A NÃO POSSUEM
- UMA ACTUALIZAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA TODOS

INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO

Rua Nova do Almada, 81, 3.º — LISBOA
Tel. 32 55 77 — 37 10 32

Pela 1.ª vez em Portugal

CURSOS DE FÉRIAS — de Junho a Outubro, em 1, 2 ou 3 semanas
Incluindo AULAS E ALOJAMENTO

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado o vento era fraco e havia neblina em alguns locais na Faixa Costeira a Norte do Cabo Carvoeiro.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	19°
COIMBRA	19°
PORTALEGRE	26°
LISBOA	19°
FARO	23°
FUNCHAL	20°

TEMPERATURAS EXTREMAS

EVORA

Máxima 36°

PENHAS DA SAÚDE

Mínima 12,5°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

6.23 3,9 m 11.46 1,1 m

18.40 4,1 m

Dia 16

7.09 3,7 m 0.20 1,0 m

19.25 3,9 m 12.32 1,3 m

Dia 17

7.57 3,5 m 1.09 1,2 m

20.13 3,7 m 13.21 1,5 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado com excepção das regiões de Norte e Centro onde se apresentava temporariamente muito nublado; vento fraco soprando moderado de Norte durante a tarde na Faixa Costeira a Sul do Cabo Carvoeiro; Condições favoráveis à ocorrência de nevoeiro ou neblina matinais na Orla Ocidental a Norte do Cabo da Roca

AMANHÃ

NAScer AS 6.12

OCASO AS 21.04

DIA 19 DIA 27 DIA 4 DIA 11

palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11394

HORIZONTAIS:

- 1 Visão. Tecido de algodão ou linho muito transparente.
- 2 Frutos silvestres. Artérias.
- 3 O mesmo que fura-bucho (ave). Esquilho lanoso.
- 4 Renque. Grande cão de fila. Cobalto (s.q.).
- 5 Curar. Tempo do verbo ir.
- 6 Novecentos e quatro em romano. Fecha as asas para descer mais depressa.
- 7 Três iniciais que se encontram juntas em muitas passagens bíblicas com o significado de ah! oh! Freguesia do concelho de Alenquer.
- 8 Executa. Guardar a casa.
- 9 Íntimo. Cavidade.
- 10 Neon (s.q.). Dá mios. Lealdade.
- 11 Aparecer em lugar alto.

VERTICAIS:

- 1 Atravessar. Apura.
- 2 Sacrificar. Assim seja.
- 3 Referente ao Sol. Enjejo.
- 4 Prefixo que designa três. Mau cheiro. Milímetro.
- 5 Em partes iguais. Equipa. Grande árvore da Índia.
- 6 Ilha do arquipélago de Cabo Verde. Lavar.
- 7 Furioso.
- 8 Paixão (fig). Vaso pouco fundo e de boca larga.
- 9 Transpira. Rio de França.
- 10 Apelido. Tomba. Leira grega.
- 11 Aparecer em lugar alto. Pronome pessoal.

Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7554

HORIZONTAIS:

- 1 Ri sem ruído. Fazer horas, malhar o tempo.
- 2 Gavinha. Sacode.
- 3 Capim rasteiro.
- 4 Porco. Abertura no solo.
- 5 Grande árvore da Índia. Retalho.
- 6 Acento. Pisar.
- 7 Apanhara. Autores.
- 8 Ave perneta. Seguir. Antiga unidade monetária da Alemanha.
- 9 Li. Espécie de filhós de farinha com azeite.
- 10 Vírgulas dobradas. Querida.
- 11 Rústicos. Chefe etíope.

VERTICAIS:

- 1 Espécie de frigideira larga e de pouco fundo. Fartas.
- 2 Líquido gorduroso. Rio de Inglaterra.
- 3 Lista. Lábios. Plural.
- 4 Magnete natural. Freguesia do concelho de Espinho.
- 5 Uma das ilhas Jónias. Agarre!
- 6 Iombar.
- 7 Capital da ilha de Cuba. Prendes.
- 8 Rio da Rússia. Quatro. Artigo indefinido.
- 9 Barbaquão. Sujar.
- 10 Dilata. Espécie de altar provisório nos templos indianos.
- 11 Rádio (s.q.). Ilha do Pequeno Belt. Sadias.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11393

HORIZONTAIS:

- 1 POBRETE. Ms.
- 2 Ar. Oiros. Ai.
- 3 Lemno. Ais.
- 4 Egua. Marcam.
- 5 Gas. Case. Sô.
- 6 Acém. Co.
- 7 E.C. Acano. Cm.
- 8 Tornara. Tna.
- 9 Er. Ira. Lu.
- 10 Aporecemos.
- 11 Elar. Sarau.

VERTICAIS:

- 1 ALEGRETE.
- 2 Prega. Coral.
- 3 Musa. Pa.
- 4 Bona. Cantar.
- 5 Rio. Ceca.
- 6 Er. Mamarias.
- 7 Tocas. Narra.
- 8 Es. Reco. Aer.
- 9 A.C. Ma.
- 10 Maías. Colou.
- 11 Sismo. Maus.

PROVERBIO: Pobrete alegrete

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7553

HORIZONTAIS:

- 1 Apraz. Abala.
- 2 Cais. Afim.
- 3 Arosa. Crime.
- 4 Sarro. Aas.
- 5 Op. Reima. It.
- 6 Es. SSA.
- 7 Alão. Cs. Anã.
- 8 Som. Co. MLIV.
- 9 Boa. Breca.
- 10 Irais. Go.
- 11 Morsa. Rios.

VERTICAIS:

- 1 Acaso. Assim.
- 2 Par. Pêlo. Ro.
- 3 Rios. Sambar.
- 4 Assar. Ois.
- 5 Ares. Casa.
- 6 Risco.
- 7 Comas. Bar.
- 8 Bar. Mr.
- 9 Afia. Galego.
- 10 Limai. Nicos.
- 11 Amestrava.





RENASCENÇA GRÁFICA, S.A. R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 2.º
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Página 2

LIBERDADE

A NOSSA OPINIÃO — A OPINIÃO DOS OUTROS — A NOSSA OPINIÃO — A OPINIÃO

UM NOVO FUHRER?

O degradante espectáculo que o brigadeiro graduado Vasco Lourenço ofereceu aos espectadores, no telejornal da passada quinta-feira — e não nos referimos apenas ao "vernaculismo linguístico", ainda não vai tão longe (se bem que há-de chegar o tempo em que a cada vez mais curta memória dos homens transforme a semana num longo período de tempo).

além do "tipo de linguagem a seu gosto", como refere magistralmente o comunicado da Associação Sindical dos Magistrados Judiciais, bem "reveladora de uma insegurança e falta de serenidade não consentânea com as elevadas funções a que a Revolução o guindou", como diz Proença de Carvalho (sexta-feira), para além mesmo e se ter de pasmar "da ligeireza



legitimidade dum conselheiro

Q (Con só se bem cia e Cc mes e craci confi exte vado do C pazes nand Ac averi tar, i

Estreia jornalística de Sanches Osório

O jornal chama-se «Liberdade». Foi seu fundador Luís Arouca, um «democrata» do 28 de Setembro. No último número assume a direcção, interinamente, José de Sanches Osório. O editorial fala-nos de «objectividade». Com chamada na primeira página, Vasco Lourenço é interrogado na segun-

da página: «Mas quem é o senhor, senhor brigadeiro, ainda que graduado, Lourenço? um novo «fuehrer»? Não fazemos comentários. Aos leitores cabe julgarem.

C.R. denuncia Imprensa reacçãoária

Continuação da pag. 1

agressiva escalada, têm vindo a pôr em causa, não só as liberdades políticas à sombra dos quais actuam, como todos os objectivos inscritos no Programa do Movimento das Forças Armadas, ratificados pelo Povo Português e adquiridos na Lei Fundamental da nação — a Constituição da República Portuguesa. Abdicando do mais elementar respeito que as instituições democráticas lhes deviam merecer, tais órgãos de informação, com o apoio tácito

de cidadãos responsáveis que perante as mais torpes ofensas, mantêm um silêncio comprometedor, desencadearam uma campanha cerrada que visa afectar as Forças Armadas Portuguesas na sua dignidade, coesão e patriotismo.

Alguns inserem, inclusivamente, grosseiros insultos às Forças Armadas no seu todo, atingindo tal indignidade de procedimento, que dificilmente se vislumbra como isso é possível num País civilizado.

Face a situações como as

denunciadas, o C.R., ciente de defender o prestígio das Forças Armadas e de ter o dever indeclinável de as fazer respeitar, o que é o mesmo que lutar pela coesão nacional, decide alertar todos os portugueses para as tentativas nítidas de sabotagem da construção da democracia, por parte daqueles que a coberto desta, agem com a absoluta impunidade. Os crimes públicos, nesta matéria, não têm sido, muitas vezes levados a tribunal, assumindo as forças democráticas atitudes de perigosa complacência perante tal situação. Aproveitando a ausência de legislação, ou excessiva liberdade da mesma, os ataques à democracia, à Constituição e aos objectivos da Revolução de Abril, têm-se tornado correntes e sem obter adequada resposta das forças democráticas. O C.R. não abdicará da defesa da democracia, da liberdade e da dignidade das Forças Armadas.»

Imprensa estatizada

Continuação da pag. 1

sagração do regime de subsídio vitalício, a partir dos 70 anos, para os trabalhadores que nunca efectuaram descontos. «Estou esperando em sair daqui em condições de poder negociar com o S.T.A.L. o fim da greve», afirmou à entrada para o Conselho o dr. Rui Amaral.

Entretanto, um elemento do S.T.A.L. em declarações ao «DL», referiu que logo que a greve termine, os trabalhadores procederão à recolha do lixo no prazo de 12 horas, sem a exigência ao pagamento das horas extraordinárias que terão de vir a fazer. Recorde-se que o lixo amontoado tem sido a demonstração mais evidente e de imediato mais incomodativa desta greve, tendo as populações reagido de forma diversa. Em Aveiro, por exemplo, a população amontoou sacos de lixo à porta da Câmara Municipal, quase impedindo o acesso ao edifício, enquanto em Corroios, a população se solidarizou com os trabalhadores em greve, exigindo às entidades responsáveis a satisfação imediata das suas reivindicações.

Obras em Sacavém vão "secar" torneiras de Lisboa

De acordo com o programa de obras em curso, realizam-se amanhã os trabalhos da segunda fase das ligações ao aqueduto do Tejo, em Sacavém, que obrigam a interrupção do transporte de água à região de Lisboa por aquele principal

órgão adutor. Em consequência, o fornecimento de água à cidade e concelhos envolventes será insuficiente naquele dia, prevenindo-se faltas de água por períodos prolongados nalgumas áreas consumidoras, ape-

sar o recurso e utilização das reservas disponíveis nos reservatórios.

A E.P.A.L. prevê que a situação do abastecimento comece a normalizar-se na madrugada do dia 17.

MERCENÁRIOS EM TRIBUNAL

Desacreditada a imagem do "soldado da fortuna"

Angola conseguiu quase alcançar um dos seus objectivos ao julgar os treze mercenários brancos: desacreditar a imagem do «soldado da fortuna». O julgamento, que recomeça hoje com depoimentos de testemunhas de acusação — até agora não identificadas — parece que manterá essa tendência. Quase todos os treze mercenários que depuseram até agora sobre o seu papel na guerra civil angolana em Fevereiro passado surgiram como indivíduos pobres, subeducados e frequentemente desempregados. Apenas um, o americano Daniel Gearhart, disse que tinha outro objectivo para além do dinheiro. Declarou que desejava impedir «a ocupação comunista russa em Angola». O seu advogado no entanto, Robert Vesner, de Columbus, Ohio, apresentou-o como sendo uma figura de certo modo patética que procurava pagar débitos no valor de 30 000 dólares e sustentar uma família de seis pessoas com

doenças frequentes, trabalhando em três empregos ao mesmo tempo. O dinheiro, portanto importava mais do que combater o comunismo...

CENSURADOS A GRÃ-BRETANHA E OS E. U. A.

Uma nota detectada em todas as audiências: o Governo da RPA, através do procurador Rui Monteiro, tem manifestado a sua ira contra a Grã-Bretanha e os Estados Unidos por autorizarem que mercenários fossem recrutados no seu território e partissem para Angola.

Efectivamente, a acusação salienta as razões que levaram à utilização do mercenarismo em Angola: face à derrota dos grupos fantoches da F. N. L. A.-U. N. I. T. A., aliados ao Exército regular sul-africano, o imperialismo inicia «uma escandalosa campanha de recrutamento de ex-militares estrangeiros». O papel cúmplice dos

Governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha e o papel activo do Zaire foi também realçado.

Relativamente aos Estados Unidos, ficou provado que o FBI conhecia perfeitamente o desenrolar das operações de recrutamento. A cumplicidade foi perfeitamente visível na saída do País. Os mercenários não passaram pela Alfândega e Serviços de Controlo dos aeroportos americanos e britânicos, «tradicionalmente tão severos na fiscalização dos passageiros.»

HOLDEN ROBERTO SEGUNDO UM MERCENÁRIO

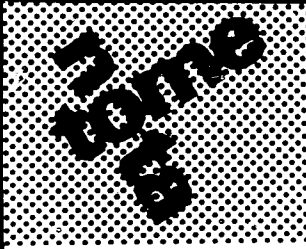
Aliás, escolhendo uma atitude de cooperação com o Tribunal, Grillo respondeu às perguntas do procurador popular contando a sua vida nos Estados Unidos. afirmou, a certa altura, que a CIA o tinha manobrado. Imigrante vindo da Argentina, naturalizado americano, voluntário no Vietname durante três anos, Grillo fez no Tribunal violentas acusações contra a sociedade americana:

«É uma sociedade monstruosa, onde todos procuram o Poder e os mais fortes se tornam cada vez mais fortes, enquanto os fracos são cada vez mais fracos.»

Manifestamente mais evoluído que os restantes réus, Grillo não procurou defender-se de modo simplista, antes reconheceu ter encontrado Holden Roberto quando em trânsito por Kinshasa.

«É um agente da CIA, pior que os mercenários» — disse Grillo.

Por último, respondendo a uma pergunta sobre a responsabilidade dos homens de «Callan», que declararam ter agido obedecendo a ordens ou por medo, Grillo provocou sorrisos na sala ao recorrer, para resposta, a uma metáfora: «Se eu disparar sobre a cabeça de uma vaca enquanto outra pessoa lhe segura a cauda, essa pessoa também é responsável pela morte da vaca ou não?»



LEMBRANÇA DE UMA COINCIDÊNCIA

Recentemente em Luanda o major Costa Martins, ministro do Trabalho do II ao V governos provisórios, confidenciou alguns factos passados a um colaborador de um jornal português. Entre outras coisas, lembrou o seguinte:

«Desloquei-me à República Democrática Alemã, onde procurei soluções para os problemas que afligiam os trabalhadores. Havia poucos dias, tinha estado na ilha da Madeira, onde me inteirei da miséria que por lá existe. Por exemplo, há muitos casais com mais de uma dezena de filhos e com poucas dezenas de escudos diários. E a RDA, através do seu ministro Horst Sandermann, comprometeu-se a adquirir, a preços normais, todos os trabalhos em vime e todos os bordados da Madeira, apesar de se tratar de artigos considerados de luxo naquele país. Comprometeu-se, igualmente, a prestar significativa ajuda e cooperação nas pescas, para a resolução dos problemas dos pescadores, nomeadamente dos da Madeira. Prontificou-se, ainda, a adquirir uma vastíssima gama de outros produtos portugueses. Poucos dias depois, a convite do seu homólogo português, deslocou-se a Portugal o ministro do Comércio Externo da RDA. Por coincidência (...) o ministro do Comércio Externo português havia partido para o estrangeiro nesse mesmo dia...»

A BANDA

Num anúncio da «Grande Noite de Santo António», organizada numa sala de espectáculos de Lisboa pelo Partido Popular Democrático, entre variedades, cegadas, petiscos e sardinha assada, lá vinha também anunciado o «bailarico popular com a Banda P. P. D.».

Comboios já circulam na Linha da Lousã

COIMBRA, 15 — Mais de 50 trabalhadores da CP repararam ontem, em duas horas, os 34 metros de via destruída, na manhã de domingo, pela população de Ceira, após a morte dos irmãos Daniel e Rui Isidoro dos Santos, trucidados pela locomotiva de um dos comboios que circula diariamente naquele ramal. Protestando contra o facto de no local não existirem cancelas, nem guarda, mais de duas mil pessoas ocuparam a via e impediram a circulação entre esta cidade e Serpins.

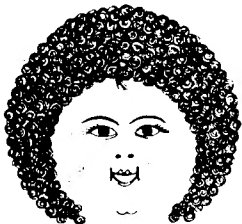
Para que ontem os operários da CP reparassem o troço ferroviário danificado, tornou-se

necessário um encontro entre representantes da Comissão de Luta de Ceira e responsáveis superiores da CP, tendo ficado acordado, conforme nota que esta manhã nos foi facultada pelos serviços de movimentos daquela empresa nesta cidade, a instalação de cancelas em duas passagens de nível da área (Ceira e Vendas de Ceira), nos próximos dias.

Entretanto, ficou também decidido que, enquanto as aludidas cancelas não forem ali instaladas, a vigilância nas duas passagens de nível será feita por agentes da via em sincronização com dispositivos telefónicos já colocados.

Assim, e após a reparação da via entre os quilómetros 7,410 e 7,444, o comboio n.º 1627 partiu ontem desta cidade por volta das 18,05 em direcção a Serpins, passando por Miranda do Corvo e Lousã sem quaisquer problemas ou dificuldades. Em Vendas de Ceira, quando aquela composição passou, os sinos tocaram e foram muitos os populares que

acorreram para ver o comboio (que parou no apeadeiro de Ceira) e o novo e provisório dispositivo de guarda.



DIABÉTICOS E OBESOS

DULCINETES

SACARINA

UM PRODUTO NACIONAL
UM PRODUTO DE QUALIDADE
A VENDA NAS FARMÁCIAS